



Anais da Assembléia

Nº 21

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 12 DE ABRIL DE 1989

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 017.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 1989
QUARTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Ferrari Júnior e Lauro Lobo Alcantara.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Acyr Mezadri, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos, Valdeir Mendes Vilela e Vera Agibert (37). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Werner Wanderer, Antônio Annibelli, Caíto Quintana, Ezequias Losso, Germote Kirinus, Irondi Pugliesi, João Arruía, José Alves, José Rogério Carvalho, Leônidas Chaves, Luiz Antonio Setti, Neivo Beraldin, Nestor Baptista, Paulino José Delazeri e Rafael Greca (16). Achando-se em licença o Senhor Deputado Algaci Túlio (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 40/89

Curitiba, 05 de abril de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978, com vistas a estabelecer critérios especiais aos institutos de promoção e acesso de integrantes da carreira de Agente Fiscal, da Coordenação da Receita do Estado, órgão de regime especial da Secretaria de Estado da Fazenda, assim como adotar outras providências.

No sentido de apresentar mais detalhados esclarecimentos quanto aos aspectos de necessidade, conveniência e oportunidade de que é revestida a medida ora proposta a essa Augusta Casa de Leis, são anexadas cópias autênticas dos Ofícios nºs 775/88, de 05 de setembro de 1988 e 453/89, de 21 de março de 1989, firmados pelo Senhor Secretário de Estado da Fazenda.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O artigo 56, da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978, passa, suprimido seu parágrafo único, a vigor com a seguinte redação:

"Art. 56 - A antiguidade será determinada pelo tempo de efetivo exercício na classe, apurado em dias."

Art. 2º - O inciso II e o parágrafo único do artigo 71, da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978, passam a vigor com a seguinte redação:

"Art. 71 - ...

I - ...

II - Da série de classe de AF-3 para a série de classe de AF-2, pelo total de vagas existentes;

III - ...

Parágrafo Único - As vagas restantes, na série de classe de AF-3 serão preenchidas por concurso público, podendo as mesmas serem aumentadas se o número de candidatos habilitados ao acesso foi inferior às vagas para esse fim previstas."

Art. 3º - O Art. 76, da Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978, alterado pela Lei nº 7.787, de 21 de dezembro de 1983, passa, suprimido seu parágrafo único, a vigor com a seguinte redação:

"Art. 76 - O cálculo para integração do prêmio de produtividade na aposentadoria será feito com base no número máximo

percebido pelo funcionário a título de quotas durante o exercício funcional e pelo valor do cargo efetivo ou em comissão que integrar os proventos de inatividade, observada a hipótese do artigo 74 e respeitados os limites dos artigos 95 e 122."

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar promoções e acessos com base na Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978, sem observância dos critérios estabelecidos nos artigos 54, 60, 62, 67, 68 e seus parágrafos.

§ 1º - As promoções e acessos referidos no "caput" deste artigo, terão caráter excepcional e deverão ser efetuados no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação da Lei.

§ 2º - Os acessos respeitarão a habilitação profissional prevista no "caput" dos artigos 6º, 7º e 8º, da Lei nº 7.051/78.

§ 3º - As promoções verticais e os acessos dependerão da existência de vagas, exceção daqueles agentes fiscais que, à data da sanção da presente Lei, contarem com mais de vinte anos de efetivo exercício na Coordenação da Receita do Estado.

§ 4º - As promoções e acessos obedecerão os critérios de antiguidade e processar-se-ão na forma disposta nos artigos 56 e 65, da Lei nº 7.051/78.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

Ofício n. 775/88

Curitiba, 05 de setembro de 1988.
Senhor Secretário.

Para análise e posterior remessa à Casa Civil, encaminho o incluso anteprojeto de lei elaborado por esta Secretaria.

O presente anteprojeto de Lei altera dispositivos da Lei n. 7.051, de 04 de dezembro de 1978 e dá tratamentos especiais aos institutos da promoção e do acesso.

O artigo 1º propõe a alteração do artigo 56 da Lei n. 7.051, visando adequar a Lei Orgânica da CRE à Orgânica do Funcionário Público, repetindo o dispositivo do artigo 77 da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, seguindo, inclusive, a dominante e a absoluta jurisprudência e a melhor doutrina, ao estabelecer que "a antiguidade será determinada pelo tempo de efetivo exercício, apurado em dias".

O artigo 2º, altera o artigo 71 da Lei n. 7.051/78, determinando que o ingresso na carreira de Agente Fiscal só se verificará na classe inicial. Da forma que hoje está redigido, ao permitir o ingresso em classe intermediária, fere direitos e colide, frontalmente, com quaisquer diretrizes de desenvolvimento de Recursos Humanos.

O artigo 3º altera o artigo 76 da Lei n. 7.051/78, estabelecendo novo critério para o cálculo das quotas de produtividade que integrarão os proventos da inatividade. O dispositivo em vigor prevê que o valor da quota será a média aritmética dos valores percebidos nos três últimos meses que antecederem à aposentadoria. Com a nova política salarial, concedendo antecipações de reajustes salariais mensais, decorrente da escala inflacionária, o Agente Fiscal se defronta ao término de sua carreira funcional com uma deteriorização em sua remuneração, pois o valor da quota fica defasado em até três meses.

O novo dispositivo corrige essa distorção ao estabelecer que o cálculo do prêmio de produtividade será efetuado pelo valor do vencimento do cargo efetivo ou em comissão que integrar seus proventos respeitado, porém, o limite de 200 (duzentos por cento) do vencimento estabelecido no artigo 95.

O artigo 4º, ao autorizar o Poder Executivo e efetuar, excepcionalmente, promoções e acessos, objetiva atender, simultaneamente, os interesses da Administração e os anseios dos administrados.

Este artigo, ao estabelecer que a promoção, excepcionalmente, pode ocorrer sem a observância dos critérios estabelecidos nos artigos citados, ou seja, avaliação de desempenho, treinando o interstício, vem atender reivindicações da classe fiscal, não culpada pela não regulamentação da Lei.

De conformidade com a Lei n. 7.051/78, o plano de carreira do Agente Fiscal prevê promoções de seis em seis meses e acessos a cada dois anos.

Ocorre que a Lei somente enunciou uma regra, que está carente, ainda, passada uma década, da respectiva regulamentação.

Por outro lado, há interesse da Administração Fazendária na agilização desse processo, por ser indispensável sua execução à realização do concurso público.

A promoção e o acesso devem anteceder a abertura de concurso público pois não existem vagas abertas na classe inicial do Grupo Ocupacional TAF.

As vagas somente existirão a partir das ascensões funcionais e o ingresso de novos agentes é medida inadiável e urgente.

O número de Agentes Fiscais que em 1982 era de 1.615 (hum mil seiscentos e quinze), ficou reduzido para 1.216 (hum mil e duzentos e dezesseis) em 31.08.88, crescendo-se a preocupação de que existem perspectivas de ocorrência de mais de 200 (duzentos) aposentadorias, a curto prazo.

A par desse decréscimo no número de Agentes Fiscais, cabe salientar, também, que com o advento da nova Constituição, em

especial no que tange à reforma tributária, a administração de novos impostos será de competência dos Estados, o que trará maior complexidade na arrecadação e fiscalização tributária implicando, em consequência, num maior contingente de Agentes Fiscais.

Enquanto que os artigos 1º, 2º e 3º corrigem distorções sem aumentar despesas, o artigo 4º representa um acréscimo de pagamentos num montante de Cz\$ 11,8 milhões.

Conforme se depreende do quadro anexo, a folha de pagamentos passará de Cz\$ 250 milhões para Cz\$ 262 milhões mensais, representando um acréscimo de 4,8% (quatro vírgula oito por cento), compatível com os estudos que estão sendo promovidos pelas Secretarias da Fazenda e a Administração e pela Casa Civil.

A medida trará benefícios a 726 (setecentos e vinte e seis) funcionários, notadamente àqueles de menor categoria funcional.

Concluído o processo de promoção e acesso restarão 385 (trezentos e oitenta e cinco) vagas na classe inicial de Agente Fiscal 3 possibilitando, em decorrência, abertura de concurso público para provimentos dos cargos vagos.

Atenciosamente
LUIZ CARLOS HAULLY
Secretário de Estado da Fazenda

Excelentíssimo Senhor
Deputado MÁRIO PEREIRA
Secretário de Estado da Administração
NESTA CAPITAL

Ofício n. 453/89

Curitiba, 21 de março de 1989.
Senhor Governador.

Em complementação ao meu ofício 849, de 07 de outubro de 1988, permito-lhe informar que, em decorrência das antecipações e reajustes salariais havidos entre esta data e a da emissão do ofício, os valores da página 7 passam para Ncz\$ 1.126,6 mil e os da página 08 para Ncz\$ 1.181,9 mil resultando em um acréscimo de Ncz\$ 55,3 mil permanecendo o mesmo percentual de 4,72%.

Solicito, ainda, que se acrescente, na sequência do texto do parágrafo 3º, do artigo 4º do anteprojeto de Lei, as expressões. "... exceção daqueles agentes fiscais que, à data da sanção da presente Lei, contarem com mais de vinte anos de efetivo exercício na Coordenação da Receita do Estado".

Justifica-se a proposição, em virtude de, nas diversas classes, existirem funcionários com mais tempo de serviço na C.R.E. e menos tempo de serviço na classe, em consequência dos dispositivos insertos na Lei n. 7787, de 21 de dezembro de 1983.

Se não se excepcionar aqueles funcionários com mais tempo de efetivo exercício na C.R.E. do que na classe de Agente Fiscal, incorrer-se-á em injustiças, além de bloquear o acesso na respectiva classe em ascensões futuras, podendo, inclusive provocar demandas judiciais se a correção não for realizada.

A proposição atingirá vinte e sete agentes fiscais que possuem mais de vinte anos de atividades funcionais que, presumidamente, aposentar-se-ão mais brevemente, possibilitando os mencionados ascensões futuras.

Atenciosamente
LUIZ CARLOS HAULLY
Secretário de Estado da Fazenda

MENSAGEM N. 41/89

Curitiba, 05 de abril de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a concessão de pensão mensal de valor equivalente a 2 (dois) salários mínimos de referência a APARECIDA SPARAPAM TITATO, viúva do ex-Suplente de Delegado de Polícia Vandir Titato.

O Plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa é por todos os aspectos indiscutivelmente justo e oportuno, eis que virá ensejar as condições mínimas de sobrevivência à viúva do Senhor Vandir Titato, ex-Suplente de delegado de Polícia de Iguaraçu, que perdeu a vida em decorrência do exercício de atividade policial.

Ocorre que o referido cidadão, porque exercia as funções de Suplente de Delegado de Polícia por designação, sem, portanto, qualquer vínculo empregatício com o Estado, deixou de contribuir para instituições previdenciárias oficiais, não assegurando, em razão dessa circunstância, nenhuma pensão ou pecúlio à sua família.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica concedida a APARECIDA SPARAPAM TITATO, viúva do ex-Suplente de Delegado de Polícia, Vandir Titato uma pensão mensal de valor equivalente a 2 (dois) salários mínimos de referência.

Parágrafo Único - A pensão de que trata esta lei deixará de ser devida caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob o n. DTL/SAT-23/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei n. 176/88, tendo em vista que, segundo informações da Secretaria de Estado dos Transportes, o trecho de rodovia em referência e cuja denominação é pretendida, "está apenas planejado, não existindo, portanto, estrada estadual no local".

A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os ns. DTL/SAT de ns. 16 a 22/89 e de 24 a 32/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

036/89 - Da Deputada VERA AGIBERT, que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná à Irmã Francisca Byblow, pelos imensuráveis serviços prestados ao Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.937. Anote-se - Arquivo-se.

152/88 - Do Deputado LUIZ ANTONIO SETTI, que declara de Utilidade Pública a Associação Cristã dos Moradores de Paineiras - ACRIMOPA, com sede e foro na cidade de Curitiba - Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.938. Anote-se - Arquivo-se.

178/88 - Do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de Utilidade Pública o Lar Belavistense de Promoção Humana, com sede na cidade de Bela Vista do Paraíso, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.939. Anote-se - Arquivo-se.

182/88 - Do Deputado LUIZ ALBERTO M. OLIVEIRA, que declara de Utilidade Pública a Sociedade das Irmãs Teatinas, com obras Assistenciais nos municípios de Sede Sulina, Pato Branco e Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.940. Anote-se - Arquivo-se.

188/88 - Do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores da Escola "Professor José Elias da Rocha", com sede e foro no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.941. Anote-se - Arquivo-se.

190/88 - Do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Elizira Correia de Sá, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.942. Anote-se - Arquivo-se.

200/88 - Do Deputado RAFAEL GRECA, que declara de Utilidade Pública, DEFESA - Associação de Defesa Ambiental e Cultural de

Castro - Paraná, com sede e foro na cidade de Castro, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.943. Anote-se - Arquivo-se.

45/88 - Do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de Utilidade Pública, o Movimento Gnóstico Universal de Curitiba, com sede e foro no município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.944. Anote-se - Arquivo-se.

66/88 - Do Deputado WERNER WANDERER, que declara de Utilidade Pública a Associação Luz Encaminha, com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o número 8.945. Anote-se - Arquivo-se.

121/88 - Do Deputado PAULO FURIATTI, que proíbe no Estado do Paraná a Caça e Pesca Predatórias e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.946. Anote-se - Arquivo-se.

184/88 - Do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que cria o Município de GODOY MOREIRA, desmembrado do município de São João do Ivaí e com as divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.947. Anote-se - Arquivo-se.

201/88 - Do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bandeirantes, com sede e foro no Município de Bandeirantes, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.948. Anote-se - Arquivo-se.

203/88 - Do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Padre Carlos Zelesny - Ensino de Pré-Escolar, 1º e 2º Graus, com sede e foro em Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.949. Anote-se - Arquivo-se.

233/88 - Do ex-Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, que declara de Utilidade Pública a Associação de Libertação de Vidas em Apucarana - ALVA, com sede e foro no município de Apucarana, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 8.950. Anote-se - Arquivo-se.

234/88 - Do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor JOSÉ HOSKEN DE NOVAES, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.951. Anote-se - Arquivo-se.

240/88 - Do Poder Executivo que concede a ALZIRA LEITE DA SILVA, viúva do ex-Suplente de Delegado de Polícia, JOSÉ TERÇO DA SILVA, a pensão mensal que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.952. Anote-se - Arquivo-se.

EMENDA:

O inciso IX do artigo 22 da Constituição Estadual passa a ter a seguinte reda-

ção:

Art. 22 -

I -

II -

III -

IV -

V -

VI -

VII -

VIII -

IX - aprovar, previamente, por votação secreta, a indicação dos Conselheiros do Tribunal de Contas, cabendo a primeira cota de dois terços de indicação ao Poder Legislativo, por meio de Projeto de Resolução.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoiamento:

Hermas Brandão, Nelson Vasconcellos, Djalma de Almeida César, Gernote Kirinus, Acyr Mezzadri, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Lauro Lobo Alcântara, Edmar Luiz Costa, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Luiz Alberto Oliveira, José Afonso Júnior, Ezequias Losso, José Rogério Carvalho, Nilton Barbosa, Basílio Zanusso, Antônio Bárbara, Orlando Pessuti, Nereu Carlos Massignan, Lindolfo Júnior, Algaci Túlio, Anibal Khury.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal no artigo 49, inciso XIII, assegura poderes ao Congresso Nacional para escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União. É oportuno a apresentação desta Emenda para conferir os mesmos poderes à Assembléia Legislativa escolher e indicar dois terços dos membros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Como existe vagas com o pedido de aposentadoria do eminente Conselheiro Armando Queiroz, é justo que este Poder chame para si, a indicação dos primeiros dois terços dos membros daquela Corte de Contas do Estado.

Sobre o assunto já apresentamos também, Emenda à nova Constituição a qual foi protocolada sob n. 1952 de 16 de março de 1989.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 508

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao seguinte Projeto de Lei:

Projeto de Lei n. 341/88 - De autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 557

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n. 41/89.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 560

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, e com fundamento no disposto pelo Art. 100, do Regimento Interno, respeitosamente REQUER, Preferência de Discussão e Votação para os Projetos de Lei ns. 68 e 69/89, constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 524

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário sejam enviados votos de pesar, pelo passamento de Aloísio Alves, prefeito do Município de São Pedro do Ivaí.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 553

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno deste Poder, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição em Ata da presente sessão, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Antônio Grassano, ocorrido em Arapongas.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O extinto pioneiro em Arapongas foi oficial de registro Civil em Minas Gerais, veio ao Paraná no final da década de 40.

Esse mineiro de Monte Santo, nasceu no dia 26 de novembro de 1893 e era casado com Ismênia Antonioli Grassano com que teve 9 (nove) filhos: Maria Inês Grassano Abrão, casada com Eduardo Abrão; Maria Edna Grassano; Dirce Grassano Lutens, casada Milton Eduardo Lutens; José Colombino Grassano; casado com Maria Hilda Grassano, Ricarda Helena Grassano de Faria, casada com Geraldo Ribeiro de Faria; Antônio Grassano Júnior, casado com Marlene Bossa Grassano; Ricardo Antonioli Grassano, casado com Maria Henriqueta Paulino Grassano; Maria Ismênia Grassano Golveia, viúva de Delcino de Freitas Golveia, e Te-

reza Grassano da Silva, casada com Mario Caetano da Silva. Deixa ainda 28 netos e 25 bisnetos.

Requer, outrossim, que da decisão deste Plenário se dê ciência à família enlutada, como também aos poderes locais.

REQUERIMENTO N° 516

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Aloísio Alves Pereira, Prefeito Municipal de São Pedro do Ivaí, ocorrido nesta data, em trágico acidente automobilístico, na BR-376 Rodovia do Café.

Requer, ainda, que do presente seja dado conhecimento aos familiares do falecido, através correspondência aos cuidados do atual Vice-Prefeito, Osvaldo Augustinho Reinato.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 559

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Grassano, ocorrido na cidade de Arapongas.

Tal passamento vem consternar a sociedade do Município de Arapongas face aos dotes morais do extinto.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta casa se dê ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Avenida Arapongas, 773 -ap. 04 - Arapongas - PR.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Apoiamto: Anibal Khury

REQUERIMENTO N° 518

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Votos de Congratulações pela posse dos Conselhos Administrativos e Fiscal do Lar da Acadêmica de Curitiba, para a gestão 89/90.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência às pessoas relacionadas em anexo.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) ORLANDO PESSUTI.

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Presidente: JOCELI TEREZINHA WESSLING

Vice-Presidente: LINDAMIR SKONIESKI

1.ª Tesoureira: ANA MARIA G. DA COSTA

2.ª Tesoureira: INÊS BORSZCZ

1.ª Secretária: ARLETE ANA MOTTER

2.ª Secretária: ALINE MARIA DLUGOSZ

CONSELHO FISCAL

IRENE LEIDA DA SILVA

MARINA T. DA CRUZ

ROSANE M. RUSSI

Lar da Acadêmica de Curitiba
Rua Dr. Salvador de Maio, 151-
Bairro Capanema-Curitiba-Pr.

REQUERIMENTO N° 517

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de condolências pelo falecimento do Senhor Aloísio Alves Pereira, Prefeito Municipal de São Pedro do Ivaí, ocorrido em acidente automobilístico no dia de ontem.

Requer, ainda, o envio de ofício à família enlutada, na pessoa da Senhora Maria Carla M. Leal Pereira, a/c da Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 503

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata ds trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Palmas, pela passagem do 110° aniversário de emancipação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal Dimorvan Carraro, ao Senhor Vice-Prefeito, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a população palmense, onde floresce o progresso.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O aniversário de Palmas é motivo de júbilo natural para toda a população, porque é uma cidade de características diferentes, e isso é fruto exclusivo pelo trabalho de sua gente.

Não será exagero dizer que temos numa só cidade o espelho, a miniatura do mundo todo, com sua grandeza, com seu progresso, com sua tecnologia, com avanços, com culturas diversas e ao mesmo tempo com os problemas e dificuldades que são inerentes a qualquer sociedade.

Os problemas são o ponto que une a todos os palmenses legítimos ou não, são eles que impulsionam o progresso, as grandes conquistas, e os avanços, mostram que é com trabalho e dedicação que se forja uma grande e admirada cidade, que se melhoram

as condições de vida da população.

Palmas chega a 110 anos com um estilo moderno de ser, mas sem perder suas raízes e sem perder o seu passado e sua história. Nesta data tão significativa, todo o povo de Palmas é credor de nossa homenagem e do nosso reconhecimento, na certeza de que continuará com a mesma garra e a mesma pujança, sendo exemplo e cópia modelo para as demais cidades paranaenses.

REQUERIMENTO N° 556

Senhor Presidente.

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio da decisão ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado, Secretaria de Ciências, Tecnologia e Desenvolvimento, Diretores do Grupo Votorantin, Cimento Itambé, Diretoria da Associação Comercial do Paraná, Dirigentes da Associação de Microempresas, Sindicato de Produtores de Cimento, Sindicato de Transportes.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Com o monopólio do Cimento em mãos do conhecido Cartel do Cimento, as Prefeituras Municipais e Comerciantes estão a mercê dessa organização que lhes impõem drasticamente as suas regras exorbitantes na saca de cimento, bem como impondo o transporte deste material por transportadoras próprias ou conveniadas com as fábricas, impossibilitando que as Prefeituras venham fazer seu próprio transporte.

O que se pretende, através desse requerimento, é que as autoridades, não permitam que estas empresas que mantêm o monopólio do cimento, continuem explorando e impondo as suas próprias condições, deixando o consumidor de mãos atadas sem outra alternativa.

É necessário que autoridades, comerciantes e segmento da sociedade interessadas levantem alto suas vozes para impedir que o Capitalismo conturbante, continue a impor as suas condições, fazendo com que todos submetam-se ao seu jugo.

REQUERIMENTO N° 519

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Ofício desta Casa de Leis, solicitando reformas na Delegacia de Polícia do Município de Jardim Alegre.

Sala das Sessões, em 12.04.89

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, o prédio da Delegacia de Polícia de Jardim Alegre, encontra-se em precárias condições, o que vem acarretando

problemas na área administrativa.

REQUERIMENTO N° 520

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Ofício desta Casa de Leis, ao Ilustríssimo Senhor Fernando Xavier Ferreira, Presidente da Telepar, solicitando a instalação de um "Orelhão Público", na Rua Professora Diva Proença, em frente ao Mercado Bom Jesus, de propriedade do Senhor Nivaldo Rocha, no Município de Ivai-porã.

Sala das Sessões, em 10.04.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A localidade acima referenciada conta com inúmeros moradores que, necessitando de telefone têm que percorrer um trecho consideravelmente extenso.

REQUERIMENTO N° 521

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício desta Casa de Leis, à Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando a construção de uma "Cancha Polivalente", na escola Estadual Doutor Cândido de Abreu, localizada na sede do Município de Cândido de Abreu.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Doutor Cândido de Abreu não possuindo um local adequado à prática das aulas de Educação Física, está dificultando o normal andamento das aulas, visto esta modalidade estar sendo efetuada na quadra municipal que fica distante do referido local de estudos.

REQUERIMENTO N° 522

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Ofício desta Casa de Leis, à Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando a construção de calçada em frente da escola Estadual Doutor Cândido de Abreu, localizada na sede do Município de Cândido de Abreu.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 523

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Ofício desta Casa de Leis, à Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando a construção de calçada em frente da Escola Estadual Ari Borba, localizada na sede do Município de Cândido de Abreu.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 527

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação ao Douto Plenário, seja enviado ofício à Fundação de Ação Social do Paraná, solicitando que esta entidade repasse verbas para a Creche Sagrada Família do Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Creche Sagrada Família de Campo Mourão, atualmente presta atendimento a um elevado número de crianças pobres, oferecendo as mesmas refeições diárias, oportunidades de lazer, cuidados de higiene, além de encaminhamento médico e odontológico.

Ocorre que a Creche não vem conseguindo obter recursos suficientes para cobrir seu orçamento mensal, que gira em torno de NCz\$ 500,00, e isto está fazendo com que apareçam problemas comprometendo o próprio atendimento às crianças que são afetadas diretamente, não recebendo os cuidados necessários.

Pelo exposto, solicito desta Instituição atenção ao caso, evitando assim problemas mais graves, que afligem principalmente, a população de baixa renda de Campo Mourão.

REQUERIMENTO N° 528

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício à Secretaria de Estado da Saúde, no sentido de que esta Instituição proceda a doação de um veículo-ambulância para prestar atendimento à Prefeitura Municipal de Luiziana.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Luiziana foi emancipado no último ano, e em razão disto a atual Prefeitura passa por uma série de dificuldades, dentre elas um atendimento adequado à saúde da população carente do município, principalmente, que constantemente se vê obrigada deslocar-se para centros maiores, onde existem recursos aptos a prestar um

atendimento específico.

Geralmente esta locomoção de doentes é feita através de automóveis particulares, que não oferecem a mínima condição necessária para atendimento e acomodação dos mesmos.

Em razão do exposto, solicito a esta secretaria que proceda à doação de um veículo-ambulância para a Prefeitura Luizianense, que por sua vez ficará responsável pela total manutenção do mesmo.

REQUERIMENTO N° 529

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atividades regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Senhor Miguel Arcanjo Capriotti, Comandante do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, no sentido de que esta Instituição proceda à doação de um caminhão, devidamente equipado para promover prevenção e combate de incêndio no município de Roncador.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O município de Roncador atualmente não dispõe de um veículo devidamente equipado, apto a promover a prevenção e combate de incêndio, e em função disto, existe uma preocupação natural por parte da população, que se vê ameaçada em correr riscos e próprios prejuízos materiais, na eventualidade de um incêndio, além, em outros casos, necessitar de um atendimento de emergência, capaz de ser efetuado por uma equipe devidamente treinada, disposto para tanto, de equipamentos adequados.

O município dispõe somente de um caminhão-tanque, que não oferece as mínimas condições de uso, em caso de emergência, e por isto solicito desta Instituição, empenho no caso, objetivando assim, trazer segurança e tranquilidade aos municípios Roncadorenses.

REQUERIMENTO N° 530

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, e em regime de urgência, seja oficiada a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando o repasse de um ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao Município de Terra Boa.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de grande importância à comunidade estudantil de nosso Estado, uma vez que propicia aos es-

colares a conclusão de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria de nossos municípios ainda não possuem em todos os seus distritos e lugarejos, colégios ou escolas com 2º grau, fato esse que, enquanto não solucionado totalmente, haverá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar o 2º grau.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão, e por este motivo procede tal solicitação.

REQUERIMENTO N° 531

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, e em regime de urgência, seja oficiada a Exce-lentíssima Senhora Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando o repasse de um ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao município de Roncador.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de grande importância à comunidade estudantil de nosso Estado, uma vez que propicia aos escolares a conclusão de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria de nossos municípios ainda não possuem em todos os seus distritos e lugarejos, colégios ou escolas com 2º Grau, fato esse que, enquanto não solucionado totalmente, haverá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar o 2º grau.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão, e por este motivo procede tal solicitação.

REQUERIMENTO N° 532

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, e em regime de urgência, seja oficiada a Exce-lentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando o repasse de um ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao Município de Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de grande importância à comunidade estudantil de nosso Estado, uma vez que propicia aos escolares a conclusão de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos

mesmos.

A maioria dos nossos municípios ainda não possuem em todos os seus distritos e lugarejos, colégios ou escolas com 2º Grau, fato esse que, enquanto não solucionado totalmente, haverá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar o 2º grau.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão, e por este motivo procede tal solicitação.

REQUERIMENTO N° 534

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, e em regime de urgência, seja oficiada a Exce-lentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando o repasse de um ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao Município de Nova Cantu.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de grande importância à comunidade estudantil de nosso Estado, uma vez que propicia aos escolares a conclusão de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria dos nossos municípios ainda não possuem em todos os seus distritos e lugarejos, colégios ou escolas com 2º Grau, fato esse que, enquanto não solucionado totalmente, haverá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar o 2º grau.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão, e por este motivo procede tal solicitação.

REQUERIMENTO N° 535

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, e em regime de urgência, seja oficiada a Exce-lentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando o repasse de um ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao Município de Fênix.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de grande importância à comunidade estudantil de nosso Estado, uma vez que propicia aos escolares a conclusão de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria dos nossos municípios ainda não possuem em todos os seus distritos e lugarejos, colégios ou escolas com 2º Grau, fato esse que, enquanto não solucionado totalmente, haverá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar o 2º grau.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão, e por este motivo procede tal solicitação.

REQUERIMENTO N° 536

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, e em regime de urgência, seja oficiada a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando o repasse de um ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao Município de Luiziana.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de grande importância à comunidade estudantil de nosso Estado, uma vez que propicia aos escolares a conclusão de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria dos nossos municípios ainda não possuem em todos os seus distritos e lugarejos, colégios ou escolas com 2º Grau, fato esse que, enquanto não solucionado totalmente, haverá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar o 2º grau.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão, e por este motivo procede tal solicitação.

REQUERIMENTO N° 537

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, e em regime de urgência, seja oficiada a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando o repasse de um ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao Município de Janiópolis.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de grande importância à comunidade estudantil de nosso Estado, uma vez que propicia aos escolares a conclusão de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria dos nossos municípios ainda

Curitiba, quarta, em 12.04.89.

não possuem em todos os seus distritos e lugarejos, colégios ou escolas com 2º Grau, fato esse que, enquanto não solucionado totalmente, haverá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar o 2º grau.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão, e por este motivo procede tal solicitação.

REQUERIMENTO N° 538

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, e em regime de urgência, seja oficiada a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando o repasse de um ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de grande importância à comunidade estudantil de nosso Estado, uma vez que propicia aos escolares a conclusão de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria dos nossos municípios ainda não possuem em todos os seus distritos e lugarejos, colégio ou escolas com 2º grau, fato esse que, enquanto não solucionado totalmente, haverá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar o 2º grau.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão, e por este motivo procede tal solicitação.

REQUERIMENTO N° 539

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, e em regime de urgência, seja oficiada a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando o repasse de um ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao município de Iretama.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de grande importância à comunidade estudantil de nosso Estado, uma vez que propicia aos escolares a conclusão de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria dos nossos municípios ainda não possuem em todos os distritos e luga-

rejos, colégios ou escolas com 2º grau, fato esse que, enquanto não solucionado totalmente, haverá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar o 2º grau.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão, e por este motivo procede tal solicitação.

REQUERIMENTO Nº 540

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e em regime de urgência, seja oficiada à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando o repasse de um ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao município de Juranda.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de grande importância à comunidade estudantil de nosso Estado, uma vez que propicia aos escolares a conclusão de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria de nossos municípios ainda não possuem em todos os seus distritos e lugarejos, colégios ou escolas com 2º grau, fato esse que, enquanto não solucionado totalmente, haverá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar o 2º grau.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão, e por este motivo procede tal solicitação.

REQUERIMENTO Nº 541

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, e em regime de urgência, seja oficiada à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando o repasse de um ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao Município de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de grande importância à comunidade estudantil de nosso Estado, uma vez que propicia aos escolares a conclusão de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria de nossos municípios ainda não possuem em todos os seus distritos e lugarejos, colégios ou escolas com 2º grau

fato esse que, enquanto não solucionado totalmente, haverá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar o 2º grau.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão, e por este motivo procede tal solicitação.

REQUERIMENTO Nº 542

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, e em regime de urgência, seja oficiada à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando repasse de um ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao município de Mariluz.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de grande importância à comunidade estudantil de nosso Estado, uma vez que propicia aos escolares a conclusão de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria de nossos Municípios ainda não possuem em todos os seus distritos e lugarejos, colégios ou escolas com 2º grau, fato esse que, enquanto não solucionado totalmente, haverá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar o 2º grau.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão, e por este motivo procede tal solicitação.

REQUERIMENTO Nº 543

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, e em regime de urgência, seja oficiada à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando repasse de um ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao município de Peabiru.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de grande importância à comunidade estudantil de nosso Estado, uma vez que propicia aos escolares a conclusão de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria de nossos Municípios ainda não possuem em todos os seus distritos e lugarejos, colégios ou escolas com 2º grau, fato esse que, enquanto não solucio-

nado totalmente, haverá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar o 2º grau.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão, e por este motivo procede tal solicitação.

REQUERIMENTO Nº 544

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, e em regime de urgência, seja oficiada à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando repasse de um ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao município de Araruna.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de grande importância à comunidade estudantil de nosso Estado, uma vez que propicia aos escolares a conclusão de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria de nossos Municípios ainda não possuem em todos os seus distritos e lugarejos, colégios ou escolas com 2º grau, fato esse que, enquanto não solucionado totalmente, haverá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar o 2º grau.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão, e por este motivo procede tal solicitação.

REQUERIMENTO Nº 545

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, e em regime de urgência, seja oficiada à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando repasse de um ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao município de Ubiratã.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de grande importância à comunidade estudantil de nosso Estado, uma vez que propicia aos escolares a conclusão de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria de nossos Municípios ainda não possuem em todos os seus distritos e lugarejos, colégios ou escolas com 2º

grau, fato esse que, enquanto não solucionado totalmente, haverá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar o 2º grau.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão, e por este motivo procede tal solicitação.

REQUERIMENTO Nº 546

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, e em regime de urgência, seja oficiada à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando repasse de um ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de grande importância à comunidade estudantil de nosso Estado, uma vez que propicia aos escolares a conclusão de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria de nossos Municípios ainda não possuem em todos os seus distritos e lugarejos, colégios ou escolas com 2º grau, fato esse que, enquanto não solucionado totalmente, haverá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar o 2º grau.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão, e por este motivo procede tal solicitação.

REQUERIMENTO Nº 547

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, e em regime de urgência, seja oficiada à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando repasse de um ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao município de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de grande importância à comunidade estudantil de nosso Estado, uma vez que propicia aos escolares a conclusão de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria de nossos Municípios ainda não possuem em todos os seus distritos e lugarejos, colégios ou escolas com 2º grau, fato esse que, enquanto não solucio-

nado totalmente, haverá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar o 2º grau.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão, e por este motivo procede tal solicitação.

REQUERIMENTO Nº 548

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, e em regime de urgência, seja oficiada a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando o repasse de um ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao município de Cumbataí do Sul

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de grande importância à comunidade estudantil de nosso Estado, uma vez que propicia aos escolares a conclusão de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria de nossos municípios ainda não possuem em todos os seus distritos e lugarejos, colégios ou escolas com 2º grau, fato esse que, enquanto não solucionado totalmente, haverá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar o 2º grau.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão, e por este motivo procede tal solicitação.

REQUERIMENTO Nº 549

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, e em regime de urgência, seja oficiada à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando o repasse de um ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao município de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de grande importância à comunidade estudantil de nosso Estado, uma vez que propicia aos escolares a conclusão de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria de nossos municípios ainda não possuem em todos os distritos e lugarejos, colégios ou escolas com 2º grau, fato esse que, enquanto não solucionado totalmente, haverá de ser reparado com a

condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar o 2º grau.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão, e por este motivo procede tal solicitação.

REQUERIMENTO Nº 550

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, e em regime de urgência, seja oficiada à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando o repasse de um ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao município de Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de grande importância à comunidade estudantil de nosso Estado, uma vez que propicia aos escolares a conclusão de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria de nossos municípios ainda não possuem em todos os distritos e lugarejos, colégios ou escolas com 2º grau, fato esse que, enquanto não solucionado totalmente, haverá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar o 2º grau.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão, e por este motivo procede tal solicitação.

REQUERIMENTO Nº 551

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, e em regime de urgência, seja oficiada à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando o repasse de um ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao município de Mamborê.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de grande importância à comunidade estudantil de nosso Estado, uma vez que propicia aos escolares a conclusão de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria de nossos municípios ainda não possuem em todos os distritos e lugarejos, colégios ou escolas com 2º grau, fato esse que, enquanto não solucionado totalmente, haverá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alu-

nos em idade de cursar o 2º grau.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão, e por este motivo procede tal solicitação.

REQUERIMENTO Nº 533

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, e em regime de urgência, seja oficiada à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação visando o repasse de um ônibus para transporte de escolares, pelo Programa Paraná Rural, ao município de Peabiru.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Programa Paraná Rural é de grande importância à comunidade estudantil de nosso Estado, uma vez que propicia aos escolares a conclusão de seus cursos, assegurando o transporte para deslocamento dos mesmos.

A maioria de nossos municípios ainda não possuem em todos os distritos e lugares, colégios ou escolas com 2º grau, fato esse que, enquanto não solucionado totalmente, haverá de ser reparado com a condição e garantia de transporte dos alunos em idade de cursar o 2º grau.

O repasse de ônibus é, pois, uma necessidade para o município em questão, e por este motivo procede tal solicitação.

REQUERIMENTO Nº 555

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, Dr. DELCINO TAVARES DA SILVA, convidando-o para depor na Comissão Permanente de Saúde, em data a ser fixada por aquela Comissão.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO Nº 554

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, ouvida a manifestação do Plenário, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e a Excelentíssima Senhora Secretária de Educação, solicitando a dilação do prazo de validade do concurso para o Magistério Estadual, que expira no próximo dia 30 de abril de 1989.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 30 deste mês de abril expira o prazo de validade legal de 02 (dois) anos do concurso para contratação, pelo Estado, de professores para preenchimento de vagas no ensino público de 1ª a 4ª série do 1º grau.

Considerando que o sistema estadual de ensino tem ainda carência de professores, tanto assim vêm sendo assinados convênios para contratações temporárias, será muito mais oportuno que o prazo de validade do concurso seja prorrogado.

Esta medida se reveste de grande importância para as partes interessadas. A Secretaria de Educação, poderá, então, continuar chamando os professores classificados, sem a necessidade de realizar futuramente novo concurso, com todas as implicações e ônus administrativo decorrentes, evitando ao mesmo tempo o prosseguimento dos convênios temporários. Aos professores a medida interessa porque assegura a classificação conquistada, sem prejuízos inclusive monetário (como pagamento de taxas, por exemplo) incidentes sobre outro concurso público.

A dilação do prazo proposto é medida administrativa, de rotina simples e perfeitamente legal.

REQUERIMENTO Nº 525

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Abrahão Miguel, solicitando ao mesmo que seja designado um Juiz Titular para a Comarca de Nova Esperança. A referida Comarca encontra-se sem um Juiz Titular desde 1984, o que vem causando sérios transtornos à Justiça da mesma.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 515

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor OSMAR FERNANDES DIAS, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura, solicitando a implantação de uma Unidade Industrial para a fabricação de Extrato de Soja em Pó no Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Fundamenta-se o pedido no fato de que o extrato de soja líquido-leite de soja produzido hoje através do programa "Vaca

"Mecânica" embora venna trazendo resultados positivos no atendimento da classe pobre, obriga o seu uso imediato para não causar deterioração, uma vez os usuários, via de regra, não possuem local adequado para acondicionamento do produto, enquanto que a soja em pó pode ter seu uso prolongado mesmo fora de geladeiras.

A implantação dessa unidade também virá sanar outro problema que existe, relativo ao elemento tóxico chamado sojina que, neste sistema, será eliminado, pois como é sabido, na soja solúvel, há necessidade de que o grão passe por alta temperatura. A presente propositura é de iniciativa dos Vereadores LEANDRO DONIZETTI ALVES e SÉRGIO RICARDO ALMEIDA DA LUZ.

REQUERIMENTO N° 514

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestações do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes Dr. Heinz Georg Herwig, solicitação da criação de linha regular de transportes coletivos entre Iporã e Maringá.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Segundo o Vereador ARLISTIDES ANTÔNIO DE CAMPOS, a não existência regular de transportes coletivos entre Iporã e Maringá, desfavorece em muito a comunidade da região, pois é grande o número de pessoas que se deslocam do Município para Maringá.

Este fato, obriga aos usuários o pagamento de elevadas tarifas de Guaíra a Maringá, ou de Iporã a Marialva, de grande inconveniência e sensível prejuízo econômico, considerando tratar-se de uma população de poder aquisitivo reduzido.

Por esses motivos e por considerar de grande importância o solicitado para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 513

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, e ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Álvaro Dias, solicitação de pavimentação asfáltica ligando os Distritos de Nilza, Município de Iporã e Jardim Paredão, Muni-

cípio de Altônia.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Segundo o Vereador DORIVAL PASSARELLA, há de se considerar, por tratar-se de uma via que contribui para o escoamento da produção agrícola, e seu asfaltamento previnirá os sensíveis prejuízos ocorridos em épocas de chuvas constantes por impossibilitar o tráfego, face às péssimas condições do seu leito carocável nesse período.

Por esses motivos e por considerar de grande importância o solicitado para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 512

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, Dr. Mário Pereira, solicitação de cessão de 01 (um) veículo usado para o Município de Guaporema.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o pedido, face às necessidades do Município em cumprir com os deveres assumidos frente a população, além da necessidade de fiscalização do ICM, atendimento à problemas existentes aos moradores da região.

Considerando o crescimento contínuo do Município e a grande importância do solicitado, para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 510

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja instalado um Posto de Saúde para a Comunidade de São Pedro dos Poloneses, no Município de Dois Vizinhos.

Requer-se também que da decisão da Casa seja oficiado à Secretaria de Estado da Saúde, dando-se ciência deste ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores, Executivas do PMDB, PSDB, PT, PDT, PFL e PDS de Dois Vizinhos, à Rádio Educadora e ao Jornal Tribuna Regional, e aos demais Jornais do Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade de São Pedro dos Poloneses, situada no interior do município de Dois Vizinhos, já muito bem estruturada, reivindica e anseia por um Posto de Saúde, que trará benefícios consideráveis para todos os que necessitam de um atendimento urgente, sem precisar se locomover ao Município-base para as suas emergências, evitando às vezes deslocamentos onerosos.

A Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Paraná, satisfatoriamente tem atendido tais Comunidades com sua Política avançada de Saúde. Através deste confiamos os investimentos neste setor faz-nos crer na possibilidade do atendimento.

ENDEREÇOS A SER DADO CIÊNCIA

PREFEITO:

José Ramuski Júnior
Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos
Av. Rio Grande do Sul, nº 130
85.590 - DOIS VIZINHOS - PR

VICE-PREFEITO:

Olivindo Cassol
Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos
Av. Rio Grande do Sul, 130
85.590 - DOIS VIZINHOS - PR

VEREADORES:

Câmara Municipal de Dois Vizinhos
Av. Rio Grande do Sul, 130
85.590 - DOIS VIZINHOS - PR

EXECUTIVA DOS PARTIDOS POLÍTICOS DE DOIS VIZINHOS

PMDB:

R. Sete de Setembro, 394
85.590 - DOIS VIZINHOS - PR

PSDB:

R. João Dalpasquale, 553
85.590 - DOIS VIZINHOS - PR

PT:

R. Iguaçu, 884
85.590 - DOIS VIZINHOS - PR

PDT:

R. do Comércio, s/n
A/C Veterinária Pampa
85.590 - DOIS VIZINHOS - PR

PFL:

R. Avenida Rio Grande do Sul, 173
85.590 - DOIS VIZINHOS - PR

PDS:

R. João Dalpasquale, 717
A/C Fulvio Bonatto
85.590 - DOIS VIZINHOS - PR

RÁDIO EDUCADORA DOIS VIZINHOS

R. do Comércio, 654
85.590 - DOIS VIZINHOS - PR

JORNAL TRIBUNA REGIONAL

Av. 7 de Setembro, 212
85.590 - DOIS VIZINHOS - PR

JORNAL CORREIO DO PARANÁ

R. Aimoré, 682
85.500 - PATO BRANCO - PR

JORNAL GAZETA DO SUDOESTE

R. Caramuru, 802
85.500 - PATO BRANCO - PR

JORNAL FOLHA DO SUDOESTE

Av. Júlio Assis Cavalheiro, 1.151
85.600 - FRANCISCO BELTRÃO - PR

REQUERIMENTO Nº 509

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja instalado um Posto de Serviço Telefônico pelo Sistema DDD, para a Comunidade de São Luiz do Iguaçu no Município de Dois Vizinhos.

Requer-se, também, que da decisão da Casa, seja oficiado à TELEPAR, dando-se ciência deste ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores, Executivas do PMDB, PSDB, PT, PDT, PFL e PDS de Dois Vizinhos, à Rádio Educadora e ao Jornal Tribuna Regional, e aos demais Jornais do Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade de São Luiz do Iguaçu, situada no interior do município de Dois Vizinhos, já muito bem estruturada, necessita dos meios de Comunicação que evitem deslocamentos às vezes onerosos. A instalação de um Posto de Serviço Telefônico pelo Sistema DDD, traria o avanço tecnológico da qual a Comunidade de São Luiz do Iguaçu necessita para integrar e tornar a vida de todos mais acessível.

A TELEPAR tem atendido satisfatoriamente tais Comunidades com seu avançado Sistema de Comunicação, e nós, através deste confiamos os investimentos neste setor. Faz-nos crer na possibilidade do atendimento.

ENDEREÇOS A SER DADO CIÊNCIA

PREFEITO:

José Ramuski Júnior
Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos
Av. Rio Grande do Sul, nº 130
85.590 - DOIS VIZINHOS - PR

VICE-PREFEITO:

Olivindo Cassol
Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos
Av. Rio Grande do Sul, 130
85.590 - DOIS VIZINHOS - PR

VEREADORES:

Câmara Municipal de Dois Vizinhos
Av. Rio Grande do Sul, 130
85.590 - DOIS VIZINHOS - PR

EXECUTIVA DOS PARTIDOS POLÍTICOS DE DOIS VIZINHOS

PMDB:

R. Sete de Setembro, 394
85.590 - DOIS VIZINHOS - PR

PSDB:

R. João Dalpasquale, 553
85.590 - DOIS VIZINHOS - PR

PT:

R. Iguaçu, 884

85.590 - DOIS VIZINHOS - PR
 PDT:
 R. do Comércio, s/n
 A/C Veterinária Pampa
 85.590 - DOIS VIZINHOS - PR
 PFL:
 R. Avenida Rio Grande do Sul - 173
 85.590 - DOIS VIZINHOS PR
 PDS:
 R. João Dalpasquale, 717
 A/C Fulvio Bonatto
 85.590 - DOIS VIZINHOS - PR
 RÁDIO EDUCADORA DOIS VIZINHOS
 R. do Comércio, 654
 85.590 - DOIS VIZINHOS - PR
 JORNAL TRIBUNA REGIONAL
 Av. 7 de Setembro, 212
 85.590 - DOIS VIZINHOS - PR
 JORNAL CORREIO DO PARANÁ
 R. Aimoré, 682
 85.500 - PATO BRANCO - PR
 JORNAL GAZETA DO SUDOESTE
 R. Caramuru, 802
 85.500 - PATO BRANCO - PR
 JORNAL FOLHA DO SUDOESTE
 Av. Júlio Assis Cavalheiro, 1.151
 85.600 - FRANCISCO BELTRÃO - PR

REQUERIMENTO N° 506

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes aos Excelentíssimos Senhores Doutor ÁLVARO FERNANDES DIAS, Digníssimo Governador do Estado, e ao Dr. HEINZ GEORG HERWIG, Digníssimo Secretário dos Transportes, para que seja construída uma "Passarela" para pedestres na BR-369, com a Avenida Londrina, na cidade de Sarandi.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

A Rodovia BR-376, que liga o município de Maringá a Londrina, passando dentro do perímetro urbano da cidade de Sarandi, causando sérios transtornos para as pessoas que são obrigadas a atravessar a rodovia, inclusive causando grande perigo de vida para as crianças que freqüentam as escolas, deixando seus pais intranquilos e na dúvida de que possa acontecer algum acidente com seus filhos tanto na ida, quanto no retorno da escola, e a referida passarela irá tranquilizar essas famílias e levar um grande benefício a toda aquela população.

REQUERIMENTO N° 505

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes aos Excelen-

tíssimos Senhores Dr. ÁLVARO FERNANDES DIAS, Governador do Estado, e ao Dr. DELCINO TAVARES DA SILVA, Secretário de Estado da Saúde, para que determine em caráter de urgência, os trabalhos de reformas do prédio onde funciona o INAMPS, localizado na Avenida Cidade de Leria n° 416, na cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

A situação em que se encontra o prédio onde funciona o INAMPS, na cidade de Maringá, é de péssima condição de conservação e se ali funcionasse um ambulatório médico particular ou qualquer outro estabelecimento comercial que viesse por em perigo a saúde das pessoas, certamente a Secretaria de Saúde, através de seu Núcleo Regional, já teria intervido, exigindo o seu fechamento até que o prédio fosse colocado em condições de funcionamento.

Ali já aconteceram casos bastante graves e que afetaram diretamente o público, e o mais grave foi exatamente o desmoronamento de uma fossa, machucando várias pessoas.

REQUERIMENTO N° 504

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Eng° JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, da urgente necessidade de viabilizar o recapeamento asfáltico da BR-376, trecho compreendido entre os Municípios de Paranavaí e Presidente Castelo Branco, visto que a contratação da referida obra de acordo com as informações da Secretaria de Estado dos Transportes já aconteceu no mês de junho de 1988, com seu término previsto para o mês de março próximo passado.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

Não podemos ficar passivos, enquanto as arrecadações do nosso Estado, principalmente agora com a venda do AUTO-SELO, são destinadas para outros Estados da União, ficando nossas estradas em péssimas condições de conservação, sem condições normais de tráfego, colocando em risco as vidas dos usuários e contribuintes.

Esperamos que o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, determine ao DNER, para que libere os recursos necessários para a execução da referida obra, uma vez que o projeto de restauração da citada rodovia e trecho, foi contratada em junho de 1988, com sua conclusão prevista para o mês de março próximo passado, conforme informação prestada pela Secretaria

ria de Estado dos Transportes para a Câmara Municipal de Alto Paraná. Não podemos ficar de braços cruzados, enquanto pessoas falecem mergulhadas em promessas e esquecimentos.

REQUERIMENTO N° 558

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição no Diário da Assembléia, da crônica "Reflexões sobre o juiz e a Justiça", de autoria do brilhante escritor José Wanderley Dias, publicado no Jornal "Gazeta do Povo", no dia 09 de abril último.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

A leitura do texto, por si só, justifica o presente requerimento.

REQUERIMENTO N° 582

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e especificamente com base no disposto no artigo 35 do Regimento Interno, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral no dia 19 de abril, às 14:30 horas, para apreciar a Mensagem Governamental n° 40/89 que objetiva alterar dispositivos da Lei 7051 de 04 de dezembro de 1988, com vistas a estabelecer critérios especiais aos institutos de promoção e acesso de integrantes da carreira de Agente Fiscal, da Coordenação da Receita do Estado.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N° 074/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Marialva, o Lote 3/72, sub-divisão do lote 72 da Gleba - Patrimônio Marialva abaixo descrito:

CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES: Lote de terras n° 3/72 (treis, setenta e dois), com área de 1.395,00 m² (mil, trezentos e noventa e cinco metros quadrados), sub-divisão do lote 72 (setenta e dois), da Gleba Patrimônio Marialva, de maior área, situado no perímetro urbano do município e Comarca de Marialva neste Estado, com as seguintes divisas e confrontações: a N.O., com a Estrada Mestre medindo 18,20 m (dezoito metros e vinte centímetros) de frente; a S.O. com o lote 4/72 (quatro, setenta e dois) numa extensão de 79,50 m (setenta e nove metros e cinquenta centíme-

Curitiba, quarta, em 12.04.89.

tros); a S.E. com o terreno da R.V.P.S.C., numa largura de 18,10 m (dezoito metros e dez centímetros); e finalmente a N.E. com o lote 2/72 (dois, setenta e dois) numa extensão de 75,50 m (setenta e cinco metros e cinquenta centímetros). Os lotes acima mencionados pertencem a Gleba Patrimônio Marialva, e estão localizados no perímetro urbano do Município e Comarca de Marialva, conforme Certidão em anexo, extraída do Talão n° 10, página 158, Livro 3/C, registrado na folha 64 sob o n° 867, do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Marialva.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

O lote de terreno n° 3/72, localizado no perímetro urbano do município e Comarca de Marialva, de propriedade do Poder Executivo Estadual, conforme Certidão anexa ao presente Projeto de Lei, encontra-se abandonado e a administração pública municipal pretende implantar ali um projeto de grande alcance social para a comunidade. Portanto a aprovação por parte desta Assembléia Legislativa para que a doação do referido lote de terras possa ser doado para a Prefeitura Municipal que pretende utilizá-lo em benefício da população, já que o mesmo encontra-se em completo abandono, sem utilidade nenhuma para o Estado, servindo apenas como depósito de lixo.

PROJETO DE LEI N° 075/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a " Associação de Proteção à Maternidade e Infância A.P.M.I.", com sede e foro no cidade de São Carlos do Ivaí.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a lei n° 6.994/78, estamos apresentando o Projeto de Lei que declara de utilidade pública Estadual, a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA - A.P.M.I., com sede e foro na cidade de SÃO CARLOS DO IVAÍ, cuja sede, localiza-se à R. Marechal Deodoro, s/n - CEP 87.770 - C.G.C. 76.715.960/0001-08.

Fundada em 03 de julho de 1962, com suas atividades em perfeito andamento, conforme comprova a documentação anexa, procurando dar toda a assistência estabelecida em seus estatutos, contando com o

apoio incondicional de todo o seu corpo associativo, principalmente de sua Diretoria, bem como de todos os segmentos da sociedade local.

A entidade devidamente registrada no Cartório de Título e Documentos da Comarca, sob nº 24 às folhas 34 a 39 do livro 01-A de pessoas jurídicas de 27 de julho de 1972.

Seu Estatuto por si só, traduz a elevada significância social da entidade, pois define claramente seus objetivos.

A Associação de Proteção à Maternidade e Infância - A.P.M.I. de São Carlos do Ivaí, não remunera os membros de sua Diretoria pelo exercício de suas funções; não tem fito lucrativo; não distribui dividendos sob forma alguma e aplica integralmente o superávit, eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades estatutárias enumeradas em seu bojo.

As razões aqui explícitas nos convencem da oportunidade do presente Plano de Lei, para o qual solicitamos o apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 076/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública a COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DO BRASIL "CRISTO REDENTOR" de Ponta Grossa, com sede e foro no referido Município.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A entidade que objetivamos seja declarada de Utilidade Pública, tem por finalidade propagar e conservar a doutrina evangélica luterana na igreja e em toda a parte, mantendo, sempre que necessário, escolas e jornais, podendo por isso possuir bens e propriedades, manter ensino Educacional do 1º e 2º graus, Assistência aos pobres e creches.

Para tanto, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 077/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação da Farmácia Comercial do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital do Estado.

Art. 2º- A presente lei, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) FERRARI JÚNIOR.

PROJETO DE LEI Nº 078/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- O Artigo 8º da Lei nº 8.246, de 13 de janeiro de 1986, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 8º Falecendo o pensionista, o benefício será transferido ao seu cônjuge, filhos menores e incapazes, na forma da Lei".

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Constata-se no artigo 8º da Lei 8.246, de 13 de janeiro de 1986, uma forma de discriminação, e para exemplificar citamos o caso do esposo Hanseniano e filhos incapazes, que não tem direito a receber pensão no caso de falecimento da esposa pensionista.

Com o intuito de resgatar a dívida social para com as pessoas portadoras de hanseníase é que propomos a redação do art. 8º da Lei citada dirimindo quaisquer dúvidas a respeito da proteção que o Estado deve a esta parcela da população.

Esperamos contar com a compreensão dos nobres Pares nesta Casa de Leis, e que a propositura em tela tenha um prosseguimento normal e conseqüente aprovação deste Poder.

Finda a leitura do expediente, não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PT, se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"O Plano Verão, feito para baixar a inflação e corrigir os graves erros da Política Econômica Brasileira, através do congelamento dos preços e do salários está provando para toda a nação o que os trabalhadores e suas entidades de classe denunciaram desde o início: que o Plano não ia resolver os problemas da economia, que os industriais, banqueiros e donos das grandes redes de lojas e supermercados iam ganhar muito dinheiro e que os trabalhadores iam pagar com seus salários os lucros dos primeiros.

Hoje não há como negar que eles tinham razão. Só o governo não quer aceitar isso.

Até os patrões já admitiram e estão dispostos a pagar uma parte do que foi roubado dos trabalhadores. O Governo também admite que roubou, mas está criando toda a sorte de dificuldades para acertar a devolução.

Os trabalhadores, diante desta situação, estão buscando a solução com os instrumentos garantidos por lei: a greve. Fizaram a greve geral nos dias 14 e 15 de março. O Governo e os patrões não cederam. Aí começaram a pipocar as greves por categoria. No dia de hoje, 12 de abril, no Paraná estão acontecendo mais de 12 greves:

- Greve dos funcionários da COPEL, pedindo uma reposição salarial de 98%;
- Greve dos funcionários da SANEPAR, exigindo 93% de reposição;
- Greve dos funcionários do DETRAM, reivindicando 100% de reposição;
- Greve dos professores e funcionários da Universidade Estadual de Maringá, pedindo uma reposição de 93%;
- Greve dos Professores das Escolas Parlamentares, reivindicando 91,77%;

Os trabalhadores das empresas de engarrafamento de Gás do Polo de Araucária estão parados porque as empresas não estão cumprindo a Decisão do Tribunal Regional do Trabalho, que determinou uma reposição salarial de 50% ainda no dia 20 de março;

- Além destes trabalhadores, estão parados ainda os da Indústria do Vestuário de Curitiba, dos da fábrica de tratores New Holland, na CIC, os da Café Solúvel Cacique de Londrina, os motoristas de transportes de carga da Empresa Rápido Paulista, os funcionários dos hospitais Santa Rita e da Santa Casa de Maringá, trabalhadores da Construção Civil de Curitiba.....

- Os bancários, a nível nacional e os metalúrgicos do ABC Paulista já definiram suas greves para o dia 19 de abril;

- A CUT e a CGT, reunidas ontem em São Paulo, já tiraram como indicativo de greve para os dias 2 e 3 de maio.

O que significam estas greves? Serão obras de baderneiros, subversivos, agitadores profissionais, como o governo do PMDB e os patrões costumam dizer?

Não. Elas, simplesmente, significam que os trabalhadores não tem mais como aguentar esta situação de bolso vazio. Que os trabalhadores não estão mais dispostos a pagar o lucro indiscriminado e abusivo dos empresários, banqueiros, donos das grandes redes de supermercados e lojas e outros setores da economia. Querem dizer, também, que os trabalhadores não estão mais dispostos a se submeter a política econômica, traçada pelo Senhor Mailson da Nóbrega, ministro do atual Governo do PMDB, e que defende e representa os interesses da bur-

guesia.

As greves estão acontecendo porque os trabalhadores não tem mais como comer, pagar aluguel, cuidar da educação de seus filhos, se vestir, enfim, viver em condições humanas.

As greves estão acontecendo porque o Governo Federal e os estaduais, são insensíveis aos problemas dos trabalhadores e são incompetentes para resolver os problemas da economia brasileira.

As greves estão acontecendo porque o Governo é fraco e não tem coragem de ferir os interesses do capitalismo estrangeiro que está aqui para sugar o sangue dos trabalhadores brasileiros.

As greves estão acontecendo porque os patrões e governo, mesmo reconhecendo que o Plano Verão roubou parte do salário dos trabalhadores, agora não querem devolver o que roubaram. Se os salários foram congelados e tiveram perdas, os preços foram congelados mas deram lucro, com quem ficou a diferença?

As greves estão acontecendo porque os patrões e o governo quer repor apenas 13% do que roubaram e ainda parceladamente, enquanto eles embolsaram o roubo a vista.

O Governo do Paraná e muitos deputados também são cúmplices desta política salarial imposta pelo Governo Federal. Os funcionários públicos estaduais ainda não receberam a URP de julho de 1987, de maio de 1988 e a de janeiro de 1989. Isto também é roubo. Não é pois de se admirar se os funcionários da COPEL, SANEPAR, DETRAM, estejam hoje em greve. Não é de se admirar se amanhã, outros funcionários públicos entrarem em greve. Se fizerem isso, estão fazendo o que a lei lhes permite, diante da situação a que foram submetidos. Se fizerem isso, estarão apenas buscando seus direitos, conforme preve e lhes permite a Constituição Federal.

Era isso, Senhor Presidente. Era isso, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Com a palavra a Representação do PL.

Declina.

Com a palavra a Representação do PFL.

Declina.

Com a palavra a Representação do PTB.

Declina.

Com a palavra da Representação do PDS.

Declina.

Com a palavra a Representação do PDC.

Declina.

Com a palavra a Representação do PDT.

Concedo a palavra ao Deputado Valderi Mendes Vilela pelo PDT.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Temos

acompanhado a divulgação de notícias denegando de todos os meios esta Assembléia Legislativa. Alguma coisa, Senhor Presidente, integrantes desta Mesa Executiva, Senhores Deputados de todos os Partidos, teria que ser feita em relação a essa fonte de informação que gera notícias de toda a natureza, atacando e prejudicando os Deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o funcionamento sem uma razão especial de ser, sem uma prova maior dos fatos que ocorrem nesta Casa.

Senhor Presidente, nós sabemos da divulgação feita na "Folha de Londrina", há algum tempo atrás que atingiu pessoalmente o líder da Bancada do PDT. Posteriormente, Senhor Presidente, o "Estado de São Paulo", também no dia 1º de março de 1989, houve por bem em atacar os Deputados Estaduais do Paraná, alegando nepotismo e repetindo praticamente a informação.

Nesta oportunidade eu conversei com o Deputado Pedro Tonelli e ele me disse que a fonte não seria o gabinete dele e que teria escrito ao "Estado de São Paulo", para refazer a matéria.

Senhor Presidente, tenho arrumado parentes em todos os cantos deste Paraná, para serem nomeados em meu gabinete e até hoje eu não tive a resposta sobre este assunto. Mas, o que mais me intrigou, Senhor Presidente, foi o que atacou hoje o "Correio de Notícias", em detrimento do Deputado Namir Piacentini que faz parte da Bancada do PDT. O Deputado Namir Piacentini chegando a esta Casa, para formar a estrutura do seu gabinete, nomeou alguns de seus parentes. Imediatamente, Senhor Presidente, tais contratações receberam o pedido de exoneração e hoje não consta mais no Gabinete do Deputado Namir Piacentini. Por esta razão, Senhor Presidente, para que esses fatos não fiquem denegando de forma inverídica, de forma irreal, nós da Bancada do PDT, solicitamos de Vossa Excelência, providências no sentido de apurar responsabilidades pelas informações oriundas desta Casa de Leis. Há necessidade, Senhor Presidente, que as notícias sejam verdadeiras. Por exemplo, nunca tive no meu gabinete, desde que estou aqui, nenhum sobrinho e deram informação de que eu tenho dois sobrinhos no meu gabinete. Nunca tive uma filha quanto mais empregada no meu gabinete— deram a informação. Isso, Senhor Presidente, só denigre a imagem dos Deputados. Só denigre contra Vossa Excelência que é o mandatário desta Casa e toda a Comissão Executiva.

É preciso por um basta e divulgar o que é real. Divulgar o que é verdadeiro. Nós sentimos muito mais hoje em função do que aconteceu com o Deputado Namir Piacentini, que é um dos nossos liderados, do que o que ocorreu com a nossa pessoa. É

por isso que nós solicitamos tais providências desta Casa. Não se pode, de forma alguma, continuar com a depredação deste Poder Legislativo, não se pode aceitar falsas informações, afirmações inverídicas totalmente fraudulentas beneficiando uma ou outra pessoa, fazendo gerar notícia. Estou aguardando providências desta Comissão Executiva.

Erá isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)— A Mesa vai tomar as providências necessárias para averiguar os fatos enunciados por Vossa Excelência.

Com a palavra o PSDB.

Com a palavra o Deputado Haroldo Ferreira.

O SR. HAROLDO FERREIRA — Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nobre Deputado Anibal Khury, assim como os demais Parlamentares desta Casa, eu gostaria, efetivamente, de alguns minutos da vossa atenção, porque coloca-se, neste momento, na região do Sudoeste, mais especificamente no município de Francisco Beltrão, uma situação de terror, que vem atemorizando a população de Francisco Beltrão. Eu tenho recebido seguidamente denúncias de gangues de pistoleiros, que após uma luta muito grande nas últimas administrações, neste Governo e nos governos anteriores no Paraná, se conseguiu fazer uma limpeza nesta área da Região de Francisco Beltrão. E hoje, cidadãos de bem de lá, e dos demais municípios do Sudoeste do Paraná, passam por momentos de dificuldades.

Gostaria de ler aqui um documento que chegou às minhas mãos mandado por uma pessoa de grande respeitabilidade no Município, que está insegura juntamente com sua família. Não vou dizer o seu nome em razão de segurança.

(Lê):

Caro Deputado Haroldo, é necessário com a maior brevidade possível que o Batalhão de Choque tome providências em Francisco Beltrão e Região, pois está evidenciado que o grupo dos pistoleiros está atuando largamente e provavelmente acobertado. Já se comentou que o Executivo não tem interesse que haja tal procedimento de atuação do Batalhão de Choque naquela Região. Muitas pessoas se vêm ameaçadas e tais pistoleiros estão passeando livremente enquanto pessoas do comércio, professores e mesmo serventuários da justiça e pais de família se encontram ameaçados, amedrontados e até escondidos de tais marginais. Não é mais possível que assim permaneça, onde pessoas boas estão a sair de Beltrão em virtude de risco de vida e expostos à extorsão. Seria necessário que o

procedimento do Batalhão de Choque fosse tomado extra-oficialmente sem qualquer tipo de comunicação, pois existe proteção por parte da própria segurança.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, vejam a gravidade desta recomendação e deste apelo de um cidadão do Município de Francisco Beltrão. E é pena que não esteja presente aqui, porque isto acima de tudo é uma questão política, o nobre Deputado e amigo, João Batista de Arruda, por que eu o advertia na última campanha política em Francisco Beltrão perante 20 mil pessoas de que a eleição do atual Prefeito faria com que retornasse no nosso Município essa situação de caos, de insegurança, de amedrontamento.

Nós temos feito, junto à Secretaria de Segurança, diversas incursões. Temos nos colocado em exposição pela defesa da comunidade de Francisco Beltrão porque hoje nós também estamos ameaçados no Município por defender, acima de tudo, a segurança da população daquele Município.

E nós queremos que esta Casa, que todos os Deputados, que a Presidência façam chegar ao Executivo e até à Secretaria de Segurança este clamor de Francisco Beltrão.

Não queremos lá Batalhão de Choque para tomar facão de trabalhador rural e nem para tomar faca de quem está na sua lide, na agricultura, e nem de quem está passando - os homens de bem da nossa cidade.

Queremos que o Batalhão de Choque faça, acima de tudo, a justiça, que cumpra os mandatos de prisão que existem na Região, mas, que, acima de tudo, assumam compromissos efetivos com os Municípios de Francisco Beltrão e Região Sudoeste.

Tinha até hoje trabalhado dentro do Governo, tinha trabalhado junto à Secretaria de Segurança oficialmente, mas acabamos ficando expostos porque os pistoleiros sabem que somos nós que estamos agindo. E, hoje, venho de público, na Assembleia Legislativa, para que todos saibam que o Deputado Haroldo Ferreira, está sem dúvida nenhuma, lutando pela questão da segurança no Município de Francisco Beltrão e conto com o apoio desta Casa para sanar as dificuldades, e chamo à responsabilidade a Secretaria de Segurança para que se faça presente na Região para dar tranquilidade às famílias de Francisco Beltrão.

Era isso, Senhor Presidente.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Concede-me um aparte?

O SR. HAROLDO FERREIRA - Aparte ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira- Eu concordo com Vossa Excelência em algumas das

Curitiba, quarta, em 12.04.89.

posições que Vossa Excelência comunica a esta Casa. Sei que o clima na Região Sudoeste, realmente, é um clima de intranquilidade, por falta de exatidão no cumprimento dos deveres de alguns militares e da polícia, como igualmente ocorreu no Governo anterior. Vossa Excelência sabe que um dos prefeitos, inclusive do PMDB, da cidade de Tapejara do Oeste, que era envolvido com quadrilhas de assaltantes e de ladrões de automóveis, o que colocava igualmente em pânico aquela Cidade. Só não posso concordar com Vossa Excelência quando Vossa Excelência acusa o Prefeito da Cidade de Francisco Beltrão como um dos responsáveis, de vez que ao que eu saiba, o Prefeito de Francisco Beltrão não é partidário do atual Governo. E não tem ele, pessoalmente, até onde conheço, qualquer responsabilidade com relação à segurança pública, é matéria feita ao Governo do Estado do Paraná. Era o reparo que gostaria de fazer, na ausência do Deputado João Batista Arruda, e conclamando, também, esta Casa e ao Poder Executivo a tomar as providências para que o sudoeste viva um clima de paz e de tranquilidade.

O SR. HAROLDO FERREIRA - Nobre Deputado, eu aceito a Vossa ponderação...

Um minuto, para concluir, Senhor Presidente. Mas, quero deixar claro que as "gang's" de pistoleiros que existiam no sudoeste, nos últimos anos haviam sido completamente varridas da região. E que com a eleição, e eu coloco isto porque coloquei durante o período eleitoral, de público, a população de Beltrão sabe disso, que haveria um risco de que houvesse acobertamento e que houvesse, acima de tudo, em função de uma mudança política local, em função de compromissos anteriores, a volta de pistoleiros ao Município de Francisco Beltrão.

Não sei se foi uma profecia. Mas, a verdade está no Município, agora, para colocar como real o fato denunciado anteriormente.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira- Mas, a responsabilidade é do Governo do Estado, que é quem conduz a segurança pública. Vossa Excelência sabe que o Prefeito Municipal não tem condições de determinar quem são os policiais que fazem a segurança e nem indicar delegado de polícia.

O SR. HAROLDO FERREIRA - Nobre Deputado, concordo com a sua colocação mas, eu acho que a municipalidade, assim como o Governo de Estado e eu não deixei, aqui, de chamar à responsabilidade da Secretaria de Segurança e disse que já trabalhei muito dentro do órgão e agora faço de público, para que as providências sejam toma-

das.

Nobre Deputado Raul, meu tempo terminou.

O SR. RAUL LOPES (Pela Ordem) - Eu quero fazer uma observação, ao que o Deputado Haroldo, com veemência, com bastante tensão tornou público a esta Casa. Eu quero crer que não é demais tornar público que o Deputado Haroldo já tornou público quando em campanha, ter tornado público a toda comunidade o que estava por acontecer. Se a condição viesse a surgir. Até porque por diversas vezes ele teria levado recomendações ao Secretário de Segurança, no pedido e na conclamação de um apoio e de um urgenciamento da presença, de um fortalecimento do organismo policial para salvaguardar o que vinha ocorrendo naquela região. Eu até mesmo, Deputado Haroldo, quero crer que posso tornar público, porque indiscutivelmente na época eu comandava, eu presidia a Comissão de Segurança Pública desta Casa e recebia, também, por parte do Deputado, uma certa preocupação com o que estava por ocorrer e acontecer. De sorte que eu quero tornar público aos companheiros o seguinte: é realmente lamentável o que está ocorrendo, não só naquela região do sudoeste, mas no Estado do Paraná, como um todo, evidentemente.

E eu deixei de ocupar a tribuna por diversas vezes para tornar público, porque achavam que eu estava, naturalmente, agradando a Sua Excelência, o Secretário de Segurança.

Mas é o que nós estamos assistindo no Estado do Paraná. O que ocorre lá, ocorre aqui numa escala, até certo ponto, insuperável em Curitiba e nos demais Estados. Eu pediria e faria minha a palavra do Deputado Haroldo, a necessidade de urgenciar um pronto restabelecimento da ordem naquela região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, no horário do PMDB.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores membros da Comissão de Segurança, desta Assembléia.

Eu queria chamar a atenção de companheiros que ocupam a tribuna para sempre debaterem esse problema da violência das drogas. Meu companheiro Raul Lopes e meu companheiro Antônio Costenaro, e tanto outros que ajudam com idéias e outros companheiros da minha bancada, só para os senhores saberem o que está acontecendo neste País.

Esta semana a polícia rodoviária, a

nossa gloriosa polícia rodoviária prendeu 11 kg de cocaína na barreira do Porto Charles Naufal. Muito bem, dois sírios-libaneses como disse o "Correio de Notícias", uma conexão com base também na cidade de Maringá, foram presos. Aí ofereceram 10 mil dólares. No câmbio paralelo daria 22 mil cruzados novos. Naturalmente, graças a Deus a polícia rodoviária não recebeu a propina oferecida pelos dois sírios-libaneses, dois marginais que estão com as mãos manchadas de sangue de tantos homens que se encontram drogados, que são verdadeiros cadáveres ambulantes que perambulam por este País.

Mas, vejam bem, foram levados à polícia federal, lá autuados em flagrante. Foram presos e encaminhados à cadeia pública de Londrina. Senhores, nada mais, nada menos do que no aeroporto e Londrina, descem do avião, 5 advogados de São Paulo para tirar os dois traficantes da cadeia. Cinco, Senhores estão hospedados em Londrina, embaçados, bem vestidos, homens... respeito a classe dos advogados, se formam naturalmente para exercerem suas funções, mas quero que os Senhores atentem como é a máfia da cocaína no Brasil.

Se fosse para tirar um pobrezinho, naturalmente o pobre não tem dinheiro para contratar cinco advogados brilhantes de São Paulo.

Estão em Londrina, hospedados em hotéis, cinco advogados. Eu pensei na hora que eles iam contratar alguns advogados da minha cidade, naturalmente para interceder, para ver se conseguiriam tirá-los. Mas, como graças a Deus a nova Constituição não permite fiança, 11 kg de cocaína, são alguns milhões de cruzados. E o que chamou a minha atenção ontem, um amigo meu me telefonava à noite e falou: "olha, tem cinco advogados aqui na cadeia confabulando com os traficantes e, um dos sírio-libaneses está com mandado de prisão em São Paulo, conseguiu se safar da justiça paulista e caiu na barreira de Porto Charles Naufal.

Então eu só queria falar aos Senhores que a violência é muito maior do que nós podemos imaginar. As quadrilhas são maiores, Senhores Deputados, do que nós possamos imaginar. A máfia da cocaína, essa conexão, com todo o respeito que eu tenho à colônia sírio-libanesa, Senhor Presidente, quer dizer, isso acontece com qualquer raça, no Brasil em qualquer parte, os americanos, tanto é que o mexicano foi preso agora, levando milhares de toneladas de cocaína para os Estados Unidos e está preso nos Estados Unidos e essa quadrilha é dotada de um grande alicerce de homens armados, de uma quadrilha muito bem elaborada só para matar jornalistas que cobrem a área, repórteres policiais, promotores,

Juízes.

Então eu analisei ontem à noite, o quão forte é a quadrilha de cocaína no Brasil, pelo exemplo que nós estamos tendo em Londrina. Dois sírios-libaneses presos, enjaulados, onze quilos de cocaína e cinco advogados, Deputado Pirajá. Cinco advogados descem no aeroporto para tirar os dois traficantes da cadeia, mas como eu ainda acredito na Justiça, ainda acredito no Poder Judiciário, eu tenho certeza que os dois não vão sair da cadeia, não vão.

Mas é para os Senhores tomarem conhecimento, corre muito dinheiro, mas muito dinheiro e os dois presos, naturalmente não vão render subsídios, não vão render dinheiro para o tráfico.

Então o que eu quero alertar aos Senhores, é que milhares de jovens às vezes não tem dinheiro para pagar um internamento. Eu pedi, na nova Constituição Estadual, que o Governo fornecesse ao Estado, Laboratórios, exames gratuitos para os dependentes de drogas. Que se construísse no Estado, numa área rural, ou com entidades evangélicas, católicas, espíritas, que trouxessem psicólogos, psiquiatras, médicos para trabalhar e tentar salvar o dependente de drogas. Então às vezes você vê que o drogado não tem dinheiro para fazer o internamento. O drogado não tem dinheiro e o INPS não financia o tratamento de um drogado neste País. A família que tem um filho drogado tem que pagar, pagar altas fortunas para tentar salvar o seu filho da violência das drogas. Em compensação, a quadrilha tem dinheiro para contratar 5 advogados para tirá-los da cadeia.

É hora de fazermos uma reflexão.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Pronunciamento da Mesa sobre o funcionamento da Constituinte.

A Mesa pede atenção para este pronunciamento. (Lê):

"Em nota distribuída à imprensa, ontem, o Senhor Deputado Pedro Tonelli, faz acusações à Constituinte Estadual e à sua Presidência, relativas ao processo Constituinte.

Sua Excelência tem o direito de se expressar a respeito, que lhe é assegurado pela democracia garantida exatamente pelos partidos e parlamentares que Sua Excelência tanto timbra em criticar. Manda a ética, porém, que o Senhor Deputado faça suas críticas no recinto da Constituinte de que é membro.

Sua Excelência diz, no título de sua matéria de crítica, que "Em seis meses, a Constituinte Estadual produziu muito pouco". E, logo depois, que "As Comissões Temáticas trabalharam precariamente", mas

reconhece que "Cada Comissão teve autonomia para promover audiências públicas, convocando personalidades e entidades para discutirem determinados assuntos".

Ora, se as Comissões ouviram livremente a sociedade, mediante dezenas de audiências públicas e, depois, debateram as conclusões em encontros internos, é de se estranhar que "tenham trabalhado precariamente".

Ainda mais, o prazo para apresentação de propostas populares foi sucessivamente prorrogado, a ponto de esta Casa receber mais de duas mil sugestões originárias de toda a sociedade civil.

Sua Excelência lamenta, adiante, que o prazo limite para a conclusão dos trabalhos das comissões e apresentação do relatório de cada uma delas, expirado no último dia 06, tenha sido prorrogado de uma semana pela Mesa da Constituinte, o que teria prejudicado a anterior apresentação de emendas dos Deputados Constituintes aos Relatórios Preliminares.

Duas Comissões já concluíram seus trabalhos: a de Organização dos Estados e Municípios e a de Orçamento, Tributos e Finanças Públicas, sendo que a última já votou seu relatório preliminar.

Sua Excelência discorda do prazo de quatro dias para a apresentação de emendas aos relatórios preliminares, dizendo que dessa forma ficam prejudicados os direitos dos Senhores Deputados, e considera essa medida "uma simplificação do processo Constituinte, com graves prejuízos para o caráter democrático". Não obstante, das 180 Emendas oferecidas ao Relatório da Comissão do Estado e Municípios, 51 foram da lavra de Sua Excelência, quase um terço, o que deita por terra sua crítica.

O problema é que já na fase de instrução, quando da audiência de representantes da sociedade e apresentação de emendas, o Senhor Pedro Tonelli, procurou levantar assuntos em todas as reuniões de todas as comissões, inquiriu depoentes e participou ativamente dos debates, ou Sua Excelência tem uma invulgar formação política e uma sabedoria que abrange todos os setores do conhecimento e da vida em sociedade, ou Sua Excelência não entendeu o mecanismo de operação dos Parlamentos Democráticos, que pedem constância num assunto e especialização num tema, sob pena de o representante ficar submergido com a massa de informações geradas por uma organização social complexa e pluralista. A diferença pode ser encontrada nos Parlamentos dos Países de Partido Único- de extração marxista - onde não há palpatção nem diversidade, mas a pasmamenta unanimidade dos que pensam por uma só cabeça, convertendo-se as assembléias em caricaturas dos parlamentos democráticos.

Sua Excelência não foi feliz ao desfiar um rosário de acusações levianas à reputação dos membros desta Casa, como quando se diz "intrigado com o comodismo e o desinteresse manifestado por significativo número de Deputados com relação aos trabalhos da Constituinte Estadual".

Concordamos: Sua Excelência o Senhor Deputado Pedro Tonelli, é o "único trabalhador" desta Assembléia, pelo menos na visão própria. Sua Excelência não trabalhou, mas nossos Parlamentares e servidores sim, até altas horas da noite, para cumprir seu dever.

Não fica bem, em termos de ética Parlamentar, proclamá-lo às custas do enxovalhamento dos demais 53 Parlamentares.

Ainda mais, o Senhor Deputado se diz levado "a suspeitar que alguma coisa esteja sendo tramada nos Gabinetes". Só uma postura politicamente não amadurecida - em que a arrogância ideológica toma o lugar da compostura política e da experiência legislativa - levaria um Deputado a fazer uma acusação tão grave quanto ausente de juízo comum. Sua Excelência por certo, não leu com cautela e discernimento - nem leram seus bem doutrinados assessores - o Regimento Interno desta Assembléia, que contempla punição dos Membros de uma Assembléia que faltem com o decoro mínimo para a reunião produtiva dos Delegados populares.

Depois de investir coletivamente contra o respeito devido a seus Pares, o Senhor Deputado investe contra a Presidência da Assembléia". O atropelo dos prazos regimentais e o desrespeito ao curso normal dos trabalhos - "é creditado à Presidência que, na visão de sua Excelência, "ao invés de zelar pelo bom andamento da Constituinte, parece mais preocupado em agendar sessões solenes da Assembléia para concessão de Títulos de Cidadão Honorário e em promover palestras com pessoas de capacidade duvidosa".

Nesta altura é de lamentar a postura do representante do PT, o Senhor Pedro Tonelli, passados dois anos de início de mandato, Sua Excelência deveria saber que todas as concessões de títulos de cidadania honorária são votadas em processo que tramita demoradamente pela Casa, segundo o rito Constitucional e Regimental, e as Sessões Solenes são agendadas após aprovação de Requerimento em Plenário. Em todas essas fases, para todos os títulos aprovados e concedidos neste período de dois anos em que Sua Excelência ocupa uma cadeira nessa Assembléia, nunca o Senhor Deputado levantou sua voz para objetar.

Fazê-lo agora - de modo genérico - é uma gratuita e dolorosa acusação aos seus Pares, à Cidadania que aqui exaltamos como tributo ao merecimento de pioneiros, de

benfeitores da humanidade, de cidadãos de escol.

Quanto a promoção de "Palestras com pessoas de capacidade duvidosa", A Mesa repele e devolve a acusação. Os Parlamantos Democráticos, é preciso dizer para benefício da educação política, que parece faltar ao autor do noticiário distribuído, formam o consenso a partir da audiência de todos os setores da sociedade, ouvindo demandas de pessoas e correntes de pensamento diferente. Essa abordagem pluralista dos fatos, dando-se oportunidade de manifestação a todos os interessados, é que plasma a ambivalência democrática, experiência rica e superior que agora os países de Partido Único desejam imitar, porque ela é que fermenta nas pessoas o desejo de progredir, de inovar, de construir.

O que a Mesa lamenta é que de sua iniciativa tenham sido realizadas poucas palestras com "pessoas de capacidade duvidosa". Entenda-se - pessoas de formação democrática que não rezam pela cartilha dogmática de Sua Excelência o Deputado Pedro Tonelli.

Em síntese, a Mesa discorda do arroubo de dogmatismo de Vossa Excelência que no entanto - ao criticar esta Casa e sua Mesa - nos presta um serviço: o de alertar para pessoas que estão determinadas a ingressar nos Parlamantos ditos "Burgueses" para mais facilmente erodi-los".

É o pronunciamento da Mesa.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)

Senhor Presidente, apenas para relatar, nós ouvimos atentamente a posição da Mesa, a respeito do assunto, para dizer que a comissão de Organização dos Poderes, presidida pelo Deputado Hermas Brandão e tendo este Deputado como Relator, está concluindo os seus trabalhos e vai apresentar amanhã dentro do prazo Regimental, às 9:30 horas, para discussão e aprovação do anteprojeto da Comissão de Organização dos Poderes, dentro do prazo previsto. Anotei bem que duas Comissões apenas teriam entregues os seus trabalhos, mas a nossa Comissão também, após a realização de audiências públicas, consultas e um trabalho levado a efeito pelo Deputado Hermas Brandão e pelo relator e com todos os membros da Comissão, chegamos também ao final do anteprojeto, que será entregue amanhã para discussão e aprovação.

Era isso o que tínhamos para registrar a respeito do andamento da Comissão de Organização dos Poderes.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem)- Se-

nhor Presidente, eu ouvi atentamente a resposta que Vossa Excelência, na qualidade de Presidente da Casa dá a críticas ge-

neralizadas ao nobre Deputado Pedro Tonelli.

Antes de parabenizar-me com Vossa Excelência pela postura digna e altiva, eu quero dizer a Casa que o Deputado Pedro Tonelli precisa mirar-se no exemplo do Congresso Nacional.

Hoje, a classe política está com a sua cotação baixíssima perante a população brasileira, porque o Congresso Nacional, seis meses após a promulgação da nossa Constituição, ainda não votou leis complementares importantíssimas para o ordenamento Jurídico da Nação.

Veja Vossa Excelência, as greves que "pipocam" em todo o País, geralmente no serviço público, e todas elas incentivadas pela entidade do nobre Deputado Pedro Tonelli. Os transtornos que têm causado à sociedade brasileira tudo isto, porque o Congresso Nacional, ainda não cumpriu com seu dever maior, depois da nova Constituição, que é a votação das Leis Complementares.

Agora, no instante em que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através dos seus membros, e desses eu me excluo, porque fui aliado das comissões mais importantes, pelo meu ex-Partido.

Por isto, eu não tenho comparecido aos trabalhos preliminares das comissões temáticas; mas, no instante em que todos os Deputados da Assembléia Legislativa do Paraná, estão imbuídos dos melhores propósitos, no sentido de adaptar, não só adaptar a nossa Carta à Lei Maior, mas torná-la um pouquinho mais elástica, um pouquinho mais representativa, do progresso que vive hoje o Estado do Paraná. No instante em que estes Deputados debruçam-se sobre as duas mil e tantas emendas, apresentadas pela sociedade, ao Poder Legislativo não cabe, efetivamente, não fica bem, não cai bem, a um membro deste Poder, criticar a Assembléia Legislativa do Paraná, em público.

Eu posso até comungar de alguns pensamentos do nobre Deputado Pedro Tonelli, mas há um velho provérbio que diz que "roupa suja lava-se em casa"; e eu jamais ouvi o Deputado Pedro Tonelli, e não falto sessões, subir à tribuna e criticar as comissões temáticas; criticar a morosidade dos trabalhos, ou criticar a ineficiência de uma ou outra comissão temática. Para efeito de consumo público, é muito fácil chegar à imprensa e generalizar acusações; o fato é que as nossas mazelas devem ser denunciadas e curadas dentro da própria Casa.

Por isso, e daí, eu me parabenizar com Vossa Excelência, pela postura altiva, coerente de democrata, que sempre foi Vossa Excelência. A maior das injustiças que faz o nobre Deputado Pedro Tonelli, é investir, também generalizadamente contra os

títulos de cidadania, de benemerência e honorária concedidas por esta Casa a cidadãos, que pela sua luta em favor da comunidade, se fizeram merecedores de dita homenagem.

Nós assistimos nesta Casa, a uma das mais comovedoras solenidades cívicas; foi quando esta Casa literalmente tomada, até por delegações do exterior, vieram aqui entregar o título de cidadão honorário do Paraná, a um dos maiores benfeitores da humanidade, o cientista Albert Sabin. Graças ao trabalho deste cientista, milhões e milhões de crianças de todo o mundo, livraram-se do flagelo da paralisia infantil.

Do então Deputado José Tavares, teve a feliz idéia e a magnífica iniciativa de homenagear este cientista, com o título de cidadania honorária do Paraná. Foi a mais comovedora das solenidades que eu assisti, e só esta solenidade justificaria todas as demais. Apesar de que todas as pessoas que foram contempladas com este título de cidadania, alguma coisa fizeram em benefício da comunidade paranaense ou brasileira.

Ontem, ainda esta Casa entregou a uma religiosa que tem um passado extraordinário, em favor da comunidade de Prudentópolis, um título de cidadania honorária. Esta é uma das funções precípuas do Poder Legislativo, exatamente reconhecer e distribuir os méritos às pessoas que se fazem merecedoras.

Eu cumprimento Vossa Excelência, e ao mesmo tempo que eu cumprimento Vossa Excelência, eu faço um apelo ao nobre Deputado Pedro Tonelli, ele que tem sido um Deputado assíduo na tribuna, e tem tido uma atuação muito boa neste Parlamento, que ele denuncie os erros desta Casa, na sua tribuna, para que ele possa ser contestado, porque ir à imprensa e acusar, fazer acusações generalizadas, não pega bem a um Deputado que se diz trabalhista, que se diz representante das camadas populares do Paraná.

Parabenizo Vossa Excelência, e mais uma vez, eu me sinto honrado em ter votado em Vossa Excelência, para Presidente do Poder Legislativo.

O SR. HAROLDO FERREIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra o Sr. Deputado Haroldo Ferreira.

O SR. HAROLDO FERREIRA - Sr. Presidente, até que enfim eu vejo o meu nome no jornal.

Deparei-me hoje com esta situação de constrangimento, até porque eu não tenho tido muito tempo de ler realmente, os jor-

nais e companheiros me trouxeram esta matéria, que de uma certa forma eu acho lamentável.

Não venho aqui para fazer defesa própria, só para fazer algumas observações, até como relator do Regimento Interno que fui, de que o Regimento Interno da Constituinte Estadual sempre foi colocado que não é uma camisa de força para a Constituinte, que o Regimento Interno é, acima de tudo, um instrumento político. Isso aconteceu na Constituinte Federal e isso, invariavelmente, vai acontecer aqui na Constituinte Estadual. O Regimento Interno, quando ele define alguns prazos, não é uma camisa de força, mas um instrumento político, inclusive, de negociação dentro da Casa.

E só para esclarecer e clarear os presentes nesta sessão e o Deputado Pedro Tonelli sabe muito bem disso, a Comissão da Ordem Econômica e Social é uma das Comissões para as quais afluíram a grande quantidade de propostas populares e eu na qualidade de relator tive o cuidado e, inclusive, muitas vezes fiz pleitos perante a Presidência da Casa para que nós tivéssemos prazos e tivéssemos acesso a estas propostas populares, para que todas elas fossem observadas e adequadamente aproveitadas dentro do texto, desde que possível.

O trabalho com a população, com os segmentos organizados, nesta Comissão, o Deputado Pedro Tonelli sabe muito bem, segmentos organizados dos professores, da Educação, segmentos organizados da Saúde, segmentos organizados do Meio Ambiente, segmentos organizados da Habitação, dos portadores de deficiência, enfim, todos os segmentos populares, principalmente da área social, tiveram condições de afluir e de aportar até a nossa comissão para levar as suas reivindicações. E, acima de tudo, o compromisso do relator é de observar estas propostas populares em respeito à nossa população e à sociedade que quer, neste momento, participar da Constituinte Estadual.

Eu não faço a minha defesa, porque não me sinto ofendido. É lamentável que eu, hoje, esteja nos jornais como relapso, porque os companheiros desta Casa sabem que a nossa atitude aqui sempre foi no sentido de cumprir com a nossa obrigação.

Agora, nós, não fazemos e não faremos, Deputado Pedro Tonelli, jamais, o jogo de terceiros que seja contra o interesse da Assembléia, que seja contra o interesse da população. O nosso relatório estará pronto e, sem dúvida nenhuma, nós teremos condições de negociar dentro da questão política, que é o nosso Regimento Interno, para que todos os Deputados da Comissão e da Casa possam apresentar as suas emendas e que todas elas sejam vistas e, acima de

tudo, em respeito à população e aos Deputados haja uma devida resposta.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Tem a palavra pela ordem.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu não quero dar explicação a tudo que foi dito aqui. Eu, simplesmente, quero deixar registrado aqui que eu aguardo o relatório das quatro comissões temáticas e quero estudá-las profundamente. Quero apresentar as emendas e quero ver discutidas dentro do prazo cabível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Vossa Excelência quer no sentido imperativo. Vossa Excelência fala no sentido coletivo da Assembléia. Vossa Excelência é muito egoísta.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu aprendi nesta escola.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Na minha escola Vossa Excelência não aprendeu, porque precisa muito tempo para aprender alguma coisa.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu fui expulso no primeiro dia, não é?

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Tem a palavra pela ordem.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Eu acho que o Parlamentar que acabou de falar, Deputado Pedro Tonelli, não está de acordo com a conduta nesta Casa. Primeiramente, tem que haver o respeito pela Mesa, tem que haver o respeito pela Presidência, as suas argumentações e o seu ponto de vista guarde-os para si e não venha, aqui, criticar e faltar com o decoro Parlamentar nesta Casa.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, emenda de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, devidamente apoiada, constante do expediente. Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Senhores Deputados.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei ns. 68 e 69/89, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 68/89, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (Ofício n. 270/89), que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores, Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, parecer favorável da Comissão Geral da Assembléia, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL AO PROJETO
DE LEI N° 68/89 DA CONSTITUCIONALIDADE
P A R E C E R:

O Projeto de Lei n. 68/89 é oriundo do ofício n. 270/89 do Senhor Presidente do Tribunal de Contas, e dispõe sobre os vencimentos dos Auditores, Procurador Geral e Procuradores do Estado junto àquele Tribunal.

Da análise da propositura constata-se que o mesmo encontra embasamento legal o disposto no art. 96, inciso II, letra "b" combinado com o artigo 73 da Constituição Federal.

Neste sentido não há qualquer impedimento regimental ou legal para a tramitação

Curitiba, quarta, em 12.04.89.

ção da matéria neste Plenário opinamos, portanto, pelo parecer FAVORÁVEL, pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 10.04.89.

(a) HERMAS BRANDÃO

Ainda sobre o referido projeto, emenda aditiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA
AO PROJETO DE LEI N° 68/89

Inclua-se o seguinte artigo e parágrafo único, e as expressões conforme específica, ao Projeto de Lei n. 68/89:

Art. 1° - Inclua-se o seguinte artigo e parágrafo único após o artigo 1°, remunerando-se os demais artigos:

"Art. 2° - A tabela de vencimento dos Procuradores da Assembléia Legislativa passa a ser a seguinte:

Procurador NCz\$ 1.302,00

Parágrafo Único - Os cargos de Consultor Técnico às Comissões, criados pela Lei n. 8425/86, passam a perceber gratificações de representação no valor de 106% (cento e seis por cento), sobre os respectivos vencimentos".

Art. 2° - Acrescente-se ao artigo 4° as seguintes expressões:

"Procurador e Consultor Técnico às Comissões da Assembléia Legislativa".

Art. 3° - Acrescente-se ao artigo 5° as seguintes expressões:

"e da Assembléia Legislativa".

Art. 4° - O art. 2° passa a ser o Art. 3°, e o Art. 5° passa a ser o Art. 6°.

Sala das Sessões, em 12.04.89.

(a) FERRARI JÚNIOR

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Quero pedir a Vossa Excelência, inscrever-me para falar da discussão do Projeto que consta o n. 1 - 3. Discussão da Resolução 6/89.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vossa Excelência está inscrito.

Em votação o Projeto de Lei n° 68/89. APROVADO.

Emenda do Deputado Ferrari Júnior. (Lê emenda).

A emenda será encaminhada à Comissão Executiva para Parecer. O Projeto está APROVADO.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 69/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 42/89), que objetiva reajustar, a partir de 1° de abril de 1989, os vencimentos dos funcionários dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos in-

tegrantes da Polícia Militar. Com PARECER pela COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLEIA, conforme requerimento aprovado de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela. (Public. no DA. n. 19 de 06.04.89).

O SR. PEDRO TONELLI - (Para discutir)

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Tem a palavra o Deputado Pirajá Ferreira para o parecer.

O SR. PIRAJÁ FERREIRA - O Projeto de Lei n. 69/89, oriundo da Mensagem Governamental n. 42/89, tem por objetivo reajustar os vencimentos dos funcionários dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado e soldo dos integrantes da Polícia Militar. A iniciativa de propositura dessa natureza, é de competência do Poder Executivo, portanto atende às normas legais vigentes, conseqüentemente somos de Parecer Favorável pela aprovação do Projeto de Lei n. 69/89.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Para encaminhar a votação Deputado Pedro Tonelli.

SR. PEDRO TONELLI - Eu quero discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) A Mesa concede a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu solicitei para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) A Mesa concede a palavra a Vossa Excelência para encaminhamento da votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu vou discutir.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Vossa Excelência vai discutir durante dez minutos.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não quero me referir aqui às explicações e acusações proferidas pela avaliação nossa, do partido dos Trabalhadores, dos seis meses da Constituinte Estadual. Não é o momento oportuno, só que eu queria deixar registrado que no momento oportuno usarei desta tribuna para confirmar o que concordar e também discordar daquilo que tenho dúvidas.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Vossa Excelência terá a resposta no momento oportuno, também.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu darei no momento oportuno, podem ficar tranquilos.

O que eu quero discutir neste momento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é a matéria da Ordem do Dia, item quinze, que trata de matéria tão badalada neste ano, neste Parlamento, nesta tribuna, que trata da reposição e as devidas antecipações salariais dos funcionários públicos do Estado do Paraná.

Lê):

Inicialmente gostaria de manifestar minha solidariedade à bancada do PMDB, notadamente aos Deputados que no dia 03 de março votaram pela manutenção do veto imposto pelo governador Álvaro Dias ao reajuste de 39,27% prometido para março. É compreensível o constrangimento e os embargos causados a estes Deputados pelo Senhor Governador. Afinal, a pouco mais de um mês travamos aqui uma renhida disputa com os escudeiros do governador pela derubada do veto e agora recebemos uma mensagem do Executivo estabelecendo exatamente o mesmo percentual do reajuste-vetado.

Com esta atitude, o governador mostrou o pouco caso que faz da sua própria bancada. Acostumado a fazer prevalecer sua vontade, confiado na expressiva maioria situacionista nesta Casa, Álvaro Dias resolveu brincar com o Legislativo. É bem verdade que a bancada Peemedebista vem emagrecendo a olhos vistos. É até provável que atitudes como esta adotada pelo Governador, contribuam para que novas deserções se verifiquem.

Nós, opositores de primeira hora, já estamos habituados com o comportamento sinuoso do governador. Uma breve retrospectiva do seu comportamento político, nos mostra que o governador paranaense muda de opinião e de posição sem fazer qualquer cerimônia. Ele se afasta dos compromissos assumidos publicamente sem o menor constrangimento.

Os exemplos são cotidianos, mas vamos apontar apenas os mais clamorosos. Ao ser alçado à condição de governador do Paraná, Álvaro Dias tinha um compromisso claro com a transição democrática prometida pela malfadada "Aliança Democrática", que previa entre outras coisas um mandato de quatro anos para Tancredo Neves, ironicamente substituído por Sarney. Pois bem, em 87, Álvaro Dias não só mudou de postura, mas tornou-se um dos principais escudeiros do Sarney na luta pelo mandato de cinco anos conquistado a força de negociatas e chantagens. No seu currículo, o governador sempre fez questão de apresentar-se como professor. Na sua atuação no Congresso Nacional, chegou a apresentar propostas de interesse da classe. No entanto, já na condição de governador, mostrou todo seu desprezo ao magistério, o que ficou prova-

do na greve do ano passado, quando até a polícia montada foi lançada contra os indefesos professores. Mais um exemplo de guinada do ilustre governador.

Recentemente, ao ser surpreendido pela surra imposta ao PMDB nas principais cidades do Estado, nas eleições municipais de 15 de novembro, o governador veio a público declinar das suas ambições presidenciais, reconhecendo que quem não tem base forte no seu estado não pode ambicionar vôo mais alto. No entanto, no início deste ano, depois de veicular uma campanha milionária em rede nacional de TV, certamente custeada com recursos públicos, Álvaro Dias voltou à cena para disputar a indicação como candidato do seu partido. Agora, vemos o governador cortando de Norte a Sul o país a cata de votos ou pelo menos de promoção pessoal.

O presente projeto de lei em discussão é um exemplo acabado da relutância do governador em ser coerente. O reajuste do funcionalismo se transformou numa verdadeira novela, recheada de intrigas e chantagens. A mensagem do Executivo encaminhada em janeiro a esta Casa, tratando do reajuste do funcionalismo estadual, partia do pressuposto correto de que as perdas salariais verificadas em 1988 foram da ordem de 139%. No entanto, alegando dificuldades financeiras do Estado, o governo se propõe a repor estas perdas de forma parcelada, concedendo 100% em janeiro, mais 39% em março - este índice aplicado sobre os salários de dezembro.

Partindo da hipótese de que a inflação tivesse milagrosamente acabado no País a partir do dia 1º de janeiro, o funcionalismo estadual recuperaria o poder aquisitivo de janeiro de 1988 somente em março. A fórmula proposta pelo governo era indiscutivelmente injusta, pois não tinha o caráter retroativo. Este aspecto foi reiteradamente enfatizado por mim e pelos parlamentares de outros partidos de oposição. Nossa proposta era de que o reajuste fosse concedido integralmente em janeiro.

Apesar de toda argumentação, a bancada do PMDB obedeceu fielmente as ordens do Palácio Iguaçu. O que já era um mau negócio para os servidores, transformou-se num verdadeiro pesadelo quando o governador anunciou seu veto a parcela de 39% garantida para março. Os argumentos para este veto foram completamente hipócritas e falaciosos. O que era o parcelamento de reposição das perdas ocorridas no ano anterior, passou a ser uma antecipação a título de compensação da inflação de janeiro. Esta absurda distorção dos fatos foi respaldada pela bancada do PMDB, que apesar de constrangida e humilhada, submeteu-se às chantagens do Palácio Iguaçu e votou pela manutenção do veto, na histórica ses-

são do dia 03 de março.

Sim, aquela foi uma sessão histórica, pois assinalou mais uma violência do Executivo contra o Poder Legislativo. Álias, a recente briga com o Judiciário, mostra que a vocação autoritária do governador é determinante no seu caráter. A fraude realizada naquela votação foi denunciada de forma veemente pelo Deputado Nereu Carlos Massignan, mas o "novo" Presidente da Casa, tão afeito aos velhos vícios do Legislativo, preferiu fazer ouvido de mercante.

Agora estamos aqui para mais um capítulo desta novela. Cabe perguntar quem são os bobos da corte, pois não há a menor ocasionalidade na ação do governador. O veto foi mantido sob o argumento de que o Plano Verão congelou as finanças do Estado em condição desfavorável. As repetidas alegações do governo sobre as dificuldades financeiras nos leva a sugerir que a competência dos responsáveis pelas finanças seja reavaliada. Um estado que se orgulha de ser único de apresentar desempenho positivo na sua economia, não pode justificar o arrocho salarial sob o argumento de que enfrenta dificuldades financeiras. Se o crescimento da receita não acompanha o desempenho econômico, alguma coisa está errada.

De qualquer maneira, é pouco provável que num mês o governo tenha conseguido equilibrar suas finanças, criando condições para dar o reajuste negado. Talvez a principal motivação do governador Álvaro Dias tenha sido o seu licenciamento para disputar a convenção do PMDB, num gesto capaz de apaziguar o funcionalismo e fortalecer sua retaguarda. Enquanto isso, sua bancada nesta casa passa pelo vexame de a cada mês votar uma coisa e no mês seguinte votar exatamente o contrário. O governador Álvaro Dias deve ter preferência por um legislativo amestrado, pronto a referendar todos os seus atos, por maior incoerência que contenham.

O reajuste anunciado na última quarta-feira, peca mais uma vez pela manipulação de dados. Os 39% serão aplicados sobre os salários de dezembro, deixando claro que complementam a reposição das perdas verificadas em 1988. Contudo, - o mínimo que o governo deveria fazer era pagar as diferenças dos meses de janeiro, fevereiro e março. Ele reconhece a dívida mas prefere dar calote, insinuando que estes 39% já se referem às perdas ocorridas este ano.

Ao mesmo tempo, o governo propõe um reajuste de 9,91% para maio, que seria a soma do IPC de fevereiro e março. Os cálculos do DIEESE mostram que as perdas acumuladas no primeiro trimestre deste ano são da ordem de 85%, que significa a soma do IPC de Janeiro (70,28%), fevereiro (3.65%) e março (6.09%). O governo do Pa-

Paraná simplesmente quer passar uma borra-cha sobre a inflação de janeiro. Oferecer 9,91% quando as perdas são de 85% chega a ser hilariante. Isso sem levar em conta que este índice chegará ao bolso dos servidores no início de junho, junto com o pagamento de maio, quando já teremos a inflação de mais dois meses (abril e maio) a ser computada.

Esta proposta salarial feita pelo governo é indecorosa. Ela deixa a própria Assembléia Legislativa numa posição delicada, pois há poucos dias aprovamos um reajuste de 113% para a magistratura. Estamos colaborando para que o governo consolide sua política de dois pesos e duas medidas. O grosso do funcionalismo, que está na base da pirâmide salarial, terá um reajuste desprezível. Este reajuste de 39% sobre exatamente a metade do valor nominal atual dos salários não refresca a crise vivida pelos assalariados. Os 9.91% prometidos para daqui a dois meses também não chegarão a tempo de melhorar a situação. Diante disso, ficamos numa posição que chega a ser paradoxal.

Somos defensores intransigentes da recuperação dos salários de todos os trabalhadores. Mas, também somos adversários determinados dos governantes que brincam com seus servidores, concedendo migalhas por interesses eleitoreiros. Votar contra este projeto, seria uma maneira de forçar o Executivo a rever sua posição. Votar a favor, significa concordar com a absoluta falsidade dos dados apresentados pelo governo. A situação é extremamente grave. Vemos a explosão de greves em todos os setores. Por enquanto, as paralisações afetam no Paraná somente empresas e autarquias da administração indireta. Os servidores públicos têm dado-prova de muita paciência. Entretanto, é bom lembrar que tudo tem limite. Os assalariados já não suportam carregar o ônus da crise.

O reajuste que estamos hoje votando não atende minimamente as necessidades dos servidores. Por isso, deve ficar bem claro que é preciso exigir do Poder Executivo a correção imediata das distorções verificadas hoje no Paraná. Acreditamos também que a partir de agora, prevaleça o senso crítico nesta Casa e não o senso da submissão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa considera Vossa Excelência inscrito para discussão na sessão de amanhã.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu pedi para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa infelizmente entendeu que tinha encerrado a discussão, mas como Vossa Excelên-

cia não está discutindo a matéria constitucional de acordo com o Regimento Interno, eu transfiro Vossa Excelência "ex-offício" para a sessão de amanhã para discutir o Projeto em primeiro lugar.

Continua em votação.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nós temos apenas para ressaltar e fica registrado que mais uma vez o Projeto é inconstitucional. O poder de iniciativa desse Projeto de Lei no que se refere ao Poder Judiciário e ao Tribunal de Contas do Estado não é de competência de Sua Excelência o Governador do Estado do Paraná. Portanto, o nosso voto é declarado, em parte, contrária ao Parecer de constitucionalidade apresentado pelo Deputado Pirajá Ferreira.

Em parte, Senhor Presidente, ressaltando que quanto o Poder Executivo e Legislativo a competência continua e é do Governador do Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Continua em votação. Os Senhores Deputados que o aprovam queiram conservar-se como estão. APROVADO.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 06/89, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 39, do Regimento Interno, alterando o número de membros da Comissão de Constituição e Justiça, que terá 15 (quinze) membros. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO EXECUTIVA.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Para encaminhar)
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de falar sobre o assunto que me traz à tribuna que é o Projeto de Resolução que altera o número de membros da CCJ, desejo manifestar também de público a minha solidariedade e da minha Bancada, por determinação de nosso líder, sobre o pronunciamento oficial que faz o Deputado Anibal Khury, Presidente da Casa, dando esclarecimentos a algumas colocações que vêm, ao longo do mandato, o Deputado Pedro Tonelli fazendo na imprensa de forma a enfraquecer ainda mais o Poder Legislativo.

É evidente que o Deputado Pedro Tonelli detém um mandato nesta Casa como eu e como os demais integrantes deste Poder.

Mas as denúncias, as colocações maldosas para atingir mais os Partidos, que acabam alcançando os Srs. Parlamentares não têm contribuído em nada.

Era hora e oportunidade de que a Mesa tomasse um posicionamento que acaba de fazê-lo, através do Presidente da Casa.

Acho até conveniente, permita-me Srs. Parlamentares, sugerir despretensiosamente que a Mesa e que, consultando as Lideranças das Bancadas, faça uma reunião em uma oportunidade qualquer para discutirmos uma série de indagações, de colocações que nos alcançam constantemente. Não é bom que assistamos a discursos de forma que estamos observando do Deputado Pedro Tonelli, quando se dirige à Mesa, e a Mesa ao Deputado Pedro Tonelli.

Na verdade, não é bom para ninguém nesta Casa. Mas pior para o Poder já enfraquecido, que está.

Acho até que se esta Casa puder - e entendo que pode - tomar alguma medida, alguma ação no sentido de melhorar o funcionamento dos atos da Casa e dos Srs. Parlamentares, acho que o momento é este. Nós estamos assistindo aí ao plano cruzado que não deu certo. O Bresser que não deu certo também e agora o plano verão.

Devo confessar ainda que o Executivo esboçou alguma coisa, quis fazer alguma coisa, os ministros da área econômica pretenderam fazer alguma coisa; não conseguiram, não encontram a fórmula, a forma para o encaminhamento da vida econômica do País.

Mas acho que o Poder Legislativo não pode ficar à margem, na expectativa apenas, na crítica, se fazer coisa alguma - a exemplo do que faz, e muito, o Congresso Nacional, após ter votado a Constituição que aí está -, as Assembléias Constituintes Estaduais elaborando suas Cartas faltando mais de 100 leis Complementares à Constituição Federal, sendo que a lei federal sobrepuja a lei maior estadual. É neste clima que as casas legislativas, a exemplo do Congresso Nacional, enfraquecidas, todos nós sabemos; há falta de credibilidade. Não podemos fazer a política do avestruz, mas se cada um de nós é responsável pelo mandato, e não só pelo mandato, também pela nossa condição pessoal de políticos, porque não nos reunirmos, conversarmos, lideranças ou todos nós, integrantes, com a Mesa, e provavelmente cada Deputado terá oportunidade, se assim a Mesa entender, alguma coisa a sugerir para melhorar, aperfeiçoar, não só o funcionamento da Casa, internamente, mas também externamente, porque as pessoas, o povo no Paraná podem nos ver como nós realmente somos.

É triste, é lamentável, o quadro que se pinta, que se escreve, do político do

Brasil, e nós, particularmente, aqui do Paraná. Portanto, ao congratular-me com o pronunciamento da Mesa, feito pelo Deputado Anibal Khury, espero que encontremos solução, como por exemplo o discurso do ilustre líder do PDT, Valderi Vilela, em relação ao seu companheiro de Bancada, representante de Campo Mourão. Mas estes fatos ocorrem todos os dias.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Deputado João Arruda certamente, de sua volta à capital federal, de Brasília, fará desta tribuna alguns esclarecimentos ou os esclarecimentos necessários com relação à denúncia grave que fez nesta tarde o Deputado Haroldo Ferreira, com relação à instabilidade de segurança ou insegurança que vive o seu Município. E como o ilustre Deputado Haroldo Ferreira citou, o nosso companheiro de bancada, João Arruda, porque ambos são da mesma cidade, espero que o Deputado Arruda traga a esta Casa informações que possam elucidar as palavras e o discurso do Deputado Haroldo Ferreira.

Com relação, Sr. Presidente, à proposta...

O Sr. Haroldo Rodrigues Ferreira - Só para um esclarecimento.

Eu conclamei a presença do Deputado João Arruda pela certeza e confiança que tenho de que ele vai se somar conosco nesta luta, para trazer tranquilidade ao Município de Francisco Beltrão. Se eu não me fiz entender, quero deixar aqui os meus respeitos ao Deputado João Arruda, meu amigo de Francisco Beltrão, e que tenho certeza, lamentei a sua ausência, porque neste momento ele estaria junto, nesta luta.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Deputado Haroldo Ferreira, não foi outro o propósito deste Deputado ao referir-se ao Deputado João Arruda, porque considerou como válidas as palavras de Vossa Excelência, já que esta Casa o conhece de longa data, pelo seu trabalho e sua postura.

O Deputado líder da Bancada do PMDB apresenta Projeto de Resolução alterando o número de emendas da CCJ, da Comissão Constitucional desta Casa, Comissão Técnica, de 14 para 15 membros. E eu quero posicionar-me contra e votarei contra a Resolução do Deputado Artagão Mattos Leão.

E talvez ... porque a Emenda ao Projeto de Resolução se refere ao artigo 39, parece-me do Regimento Interno, que eu não tenho em mãos, que dispõe sobre as comissões. O nosso Regimento Interno, no texto original, diz que a Assembléia Legislativa tem 12 comissões técnicas: CCJ, Educação, Segurança. Acontece que esta Casa tem 21 Comissões Técnicas.

Eu quero, nesta oportunidade, ao invés

de aumentarmos o número de membros na Comissão de 14 para 15, deveríamos reduzir para 13, para 11, porque é muito difícil na Comissão Constitucional; talvez a mais importante nesta Casa, dar quorum, reunir os 8 Deputados para votar. Agora elevamos para 15. Não muda em nada, apenas quer me parecer que o PMDB, pelos cálculos matemáticos, ganharia um parlamentar. Quer dizer, já o PMDB tem maioria na CCJ. Por que agora votarmos uma Resolução ampliando de 14 para 15 o número de membros da CCJ, se vai dificultar ainda mais os trabalhos daquela Comissão que é a mais importante desta Casa, senão, a primeira a pronunciar-se sobre o aspecto constitucional de todas as Comissões que por aqui passam?

Portanto, entendendo que logo após o processo Constituinte esta Casa necessariamente terá que fazer um novo Regimento Interno já que o nosso é impraticável para trabalhar.

E eu estou entendendo bem. O Deputado Artagão poderá dizer, "mas não estou falando em número de comissões e sim de membros". Mas eu estou aproveitando a oportunidade para dizer que, com relação às comissões técnicas nós devemos não só reduzir o número de Parlamentares da CCJ, no meu entendimento modesto, que a invés de 15 passamos para 11, 9, 7, para permitir quorum nas sessões, como devemos na oportunidade que se fizer logo após a Constituinte, reduzir o número das comissões técnicas. Não se admite que esta Casa tenha 21 comissões técnicas para emitir parecer. Algumas comissões, reunindo-se apenas uma vez por ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a resolução. Aprovada.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu acho que cada Deputado aqui tem o direito de discordar, de afirmar, de debater, como o Deputado Pedro Tonelli foi ontem à imprensa e falou sobre a Constituinte. Tem o direito de discordar e de afirmar.

Mas, interessante, eu tenho encaminhado uma série de emendas à Constituinte. Emendas que tenho encaminhado ao Deputado Haroldo, ao Deputado Nereu; tenho trocado idéias com o Deputado Cândido Bastos; tenho trocado idéias com o Deputado Djalma de Almeida César e outros companheiros desta Casa. Inclusive com o Deputado Basílio Zanusso, trocamos idéias, conversamos.

Eu sempre, quando participo das comissões, mesmo que não seja membro efetivo, de longe eu procuro dar algumas idéias que é um direito do Parlamentar. Não vejo nada de anormal. Estou com um ponto de expecta-

tiva no ar. Entrei com uma emenda, com projeto nesta Casa procurando gerar empregos a psicólogos, assistentes sociais e advogados. Em todas as delegacias de polícia do Estado do Paraná. São milhares de psicólogas que saem das universidades e estão desempregadas. Milhares de assistentes sociais que saem das universidades estão desempregadas.

Por que não plagiarmos, não concordo, mas por que não plagiarmos o que acontece nos Estados Unidos, ao lado de uma Delegacia de Polícia tem sempre uma sala onde está a psicóloga, a assistente social e o advogado. O drogado passa, nós não vamos saber se ele é drogado ou não. Qualquer forma de violência, tem que ter ali uma assistente social, tem que ter ali uma viatura para ir à residência, tem que ter um advogado, porque naturalmente o pobre não tem dinheiro para pagar um advogado, Deputado Luiz Alberto, não tem dinheiro!

Então é uma emenda que já me assustaram hoje, "ah, não vai ser talvez aprovada porque isso gera gastos, gera isso, gera aquilo". Então o que gera este País? Nada!

Então, eu queria dizer à Presidência desta Casa, aos Srs. que compõem as comissões temáticas: naturalmente não é só esta Emenda que eu tenho, é um sonho de quando eu comecei a minha carreira como Vereador, naquela época pelo PDS, o mais votado, por sinal, da minha cidade, e depois me elegi Deputado Estadual, continuo com os mesmos sonhos, a mesma vontade de servir, porque eu vivo a área. Eu acho que cada Deputado aqui tem uma área, eu vejo os problemas desta área.

Agora, debatendo hoje, conversando com um Deputado desta Casa, que eu respeito muito, ele falou: "Alborghetti, essa é uma Emenda que poderá não passar porque vai gerar gastos!" Mas, meu Deus do céu! Gerar gastos! Atender o povo é gastar? Atender o pobre? Isso é investir! Investir! Investir! Vamos investir, vamos modificar, vamos criar novas idéias! O que adianta eu vir para este Parlamento só para ficar na tribuna, falando, falando, falando, não vai resolver! Eu estou assustado, se esta emenda que é uma emenda de cunho social que eu gostaria de ver em todas as delegacias, em todas as centrais de Curitiba, em Maringá, no Sudoeste, uma psicóloga, uma assistente social, um advogado. O advogado que sai da Universidade agora e está difícil ele montar a sua banca, ele então vai ganhar do Governo, entra lá, fica 24 horas, sai, entra outro, 24 horas, nós vamos gerar empregos para várias psicólogas, vamos fazer um plantão, uma corrente, atendendo, nós temos que modificar, crescer, procurar idéias. Agora disseram-me no cor-

redor que aquela minha emenda talvez não passe porque vai ter que tirar recursos, vai ter que pagar e isto custa caro. Então, de que adianta uma psicóloga estudar? De que adianta?

Eu pedi, pode até alguns acharem que seja bobagem, uma suposição, Senhores: se nós adentrarmos numa Delegacia de Polícia no Paraná, não tem um assessor de imprensa para orientar os jornalistas para contar: "olha, aconteceu isso, isso e isso". O repórter tem que correr lá dentro, não sabe onde vai, recebe informações erradas. Eu estou elaborando um projeto para que todas as delegacias de Polícia tenham um jornalista. Quantos jornalistas saem das universidades e estão passando fome! Passando fome! Poderíamos criar assessorias em todas as centrais de polícia do Paraná, jornais profissionais capacitados, para orientar o próprio Delegado. Então são idéias! E eu fico aqui, com um ponto de interrogação, será que vão passar só as emendas de quem? Será que as minhas emendas não têm valor? Será que as emendas do Deputado Nilton Barbosa, Namiir, meu querido mestre Deputado Nelson Vasconcellos, será que não têm valor? Então é este o meu aparte, é apenas uma preocupação que tenho na minha cabeça, são emendas, senhores, que compõem a Mesa desta Casa, se não for aprovado eu vou entrar de novo no plenário e vou brigar, vou debater e pedir o apoio de todos os Deputados.

O problema do Governador é que ele arrume dinheiro e pague! Muito obrigado.

C SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury)

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 116/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 61/88), que objetiva acrescentar novos parágrafos e alterar a redação do art. 91 da Lei nº 8485, de 03.06.87. (Estrutura básica do Poder Executivo no Sistema da Administração Pública do Estado do Paraná). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 140/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 73/88), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município da LAPA o imóvel rural medindo 6.050,00m2, situado no lugar denominado Rozeta Quarteirão Lagoão, transcrito sob o nº 31.368, no livro 3-AG, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Lapa, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. - Aprovado, ar-

tigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 153/88, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que cria os Distritos Administrativos de DOM ARMANDO e PORTÃO OCOY, no Município e Missal, com as divisas que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade, - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 195/88, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E MEIO AMBIENTE DE CIANORTE - APROMAC, com sede na cidade de Cianorte. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 199/88, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que declara de Utilidade Pública a IGREJA MISSIONÁRIA DE RECUPERAÇÃO VALE DA BÊNÇÃO, com sede e foro nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 213/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 81/88), que autoriza o Poder Executivo a permutar imóvel na cidade de Porecatu, com as benfeitorias nele existentes, pelo imóvel de propriedade de Odivar Pereira Donato, na mesma cidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 214/88, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE TAROBÁ, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 215/88, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO JOSÉ GERARDO BRAGA, com sede e foro em Maringá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/88, de autoria do PODER EXECUTIVO

(Mensagem n° 107/88), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Nova Cantu as datas de terras n° 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, da Quadra n° 23, da Planta da Parte A, da Cidade de Nova Cantu, com área total de 3.750,00m², matriculados no Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Ubatã. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 287/88, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao maestro ALCEO BOCCCHINO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

O SR. EDUARDO BAGGIO - (Pela Ordem) Peço desculpas a Vossa Excelência, por pedir a palavra pela ordem, mas eu gostaria de registrar a saída do Plenário, ainda do Deputado Pedro Tonelli, que levantou suspeita sobre a presidência, relatoria da Comissão de Finanças, orçamentos e tributos, da qual eu tive o prazer de presidir, Comissão esta que todas as reuniões foram públicas, foram convidados todos os Srs. Deputados que faziam parte das mesmas, encaminhamos a todos os 54 Deputados as matérias apresentadas às emendas para que fossem discutidas, foi encaminhado também o relatório do Sr. Deputado Relator e o Sr. Pedro Tonelli vem levantar falso testemunho, ou melhor, vem duvidar da idoneidade daquela Comissão; eu não aceito e quero deixar aqui lavrado o meu protesto, Sr. Presidente, porque o Sr. Pedro Tonelli quer ser a "vedete" de todas as Comissões não apareceu nem um dia na minha Comissão.

Portanto, quero deixar aqui o meu protesto, Sr. Presidente, contra a pessoa do Deputado Pedro Tonelli, que quer ser a "vedete" em todas as Comissões aqui nesta Constituinte. Apareça, quer assobiar e chupar cana ao mesmo tempo. Não aceito as denúncias feitas por aquele Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa reafirma a confiança que tem em Vossa Excelência, um homem digno e honrado que prestigia esta Casa e ademais todos conhecem esta figura, o Deputado Pedro Tonelli.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 298/88, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com sede e foro na cidade de Antonina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

310/88, de autoria do Deputado TADEU LUCIO MACHADO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. BENEDITO RODRIGUES SANTOS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

Na sessão de hoje foram aprovados dois títulos de cidadania honorária, com o voto do nobre, ilustre e preclaro Deputado Pedro Tonelli, determino ao serviço de taquigrafia que faça o registro em Ata.

Emenda à Constituição, que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Aprovar, súmula altera o inciso 9º do artigo 22 da Constituição Estadual. O inciso 9º do artigo 22 da Constituição Estadual, passa a ter a seguinte redação: "Aprovar previamente por votação secreta a indicação dos conselheiros do Tribunal de Contas, cabendo a primeira quota de dois terços de indicação ao Poder Legislativo por meio de Projeto de Resolução. Sala das Sessões, em 06.04.89. Deputado Antônio Annibelli.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de n° 559, de autoria do Deputado Erondy Silvério, com apoio do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 516, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 517, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 524, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 508, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 557, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 555, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 503, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 504, de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 505, de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 554, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 556, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 558, de autoria do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente. - Aprovado. (A matéria acha-se transcrita no final desta ata)

Requerimento n° 553, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 506, de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 509, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 510, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 512, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 513, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 514, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 515, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 518, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 519, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 520, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 521, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 522, de autoria do Sr.

Curitiba, quarta, em 12.04.89.

Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 523, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 525, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 527, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 528, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 529, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 530, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 531, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 532, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 533, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 534, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 535, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 536, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 537, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 538, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 539, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 540, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do

expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 541, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 542, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 543, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 544, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 545, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 546, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 547, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 548, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 549, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 550, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 551, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 486, de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 140, 153, 195, 199, 214, 282, 287, 298 e 310/88 e 68/89.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 69/89.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTÔNIO COSTENARO NETO EM SESSÃO DO DIA 12 DE ABRIL DE 1989.

"REFLEXÕES SOBRE O JUIZ E A JUSTIÇA"

José Wanderlei Dias

Os juizes não são infalíveis; sem eles, todo o edifício social iria à falência.

Antes de julgar, o juiz submete-se ao pretório mais exigente: o de sua própria consciência.

Os juizes podem errar, e frequentemente erram; sem os juizes, nenhum erro poderia ser reparado.

Os juizes não têm armas; sem eles, todos teríamos de nos armar, ou seríamos vítimas indefesas dos que se armassem.

Os juizes são escravos da lei: sem eles, a liberdade não existiria.

Pode dar-se que juizes absolvem delinquentes; sem eles, nenhum inocente poderia livrar-se de acusação alguma.

Os juizes não têm nem exercem a força; sem eles, a força regeria e a violência governaria.

Diz-se que a justiça é cega: sem ela, todos teríamos os nossos olhos arrancados.

Os juizes são falíveis; a Justiça é a solução para as falhas, para as faltas.

Sem a decisão de um juiz, voltaria a imperar a pena de Talião e teríamos, todos de ser criminosos para que o crime não nos abatesse.

O juiz não deixa de ser humano, com todos os defeitos e qualidades que isto acarreta; a justiça, porém, é tributo divino e, sem o seu exercício, o homem se desumanizaria e a sociedade se anti-socializaria.

O escudo do juiz é sua toga; sem ela, não haveria armadura que nos defendesse da lei do mais forte, vale dizer, da lei da selva.

Se o juiz pode errar quando julga, nenhum erro seria maior que o de não haver julgamento para decidir o certo e o errado, o bom e o mau.

Pode acontecer a tragédia de um justo ser injustiçado; todos, porém, estaríamos sujeitos ao arbítrio se não houvesse juizes.

Quem agride um juiz, está recomendando a justiça com as próprias mãos: aí está a maior das injustiças, pois ninguém é bom juiz em causa própria.

O juiz permite a um bárbaro defender-se. Se não houvesse magistrados, todos nos transformaríamos em bárbaros.

O juiz tem de descobrir a falsidade que existe por trás de palavras as mais eloquentes, como o de encontrar o brilho

que existe debaixo do lodo aparente. Por isto, ainda que passional, tem de estar acima das emoções; por isto, tem de superar-se a si mesmo, porque entre suas falhas, não pode incluir a de faltar, a de falhar. Num processo, só o juiz não é parte. Principalmente quando o julga outro juiz,

Dentro do ensinamento "Não julgueis para não seres julgados"! está implícita uma lição específica para os magistrados: "Julgai! É vosso dever!

Se não o cumprirdes, outros julgarão de acordo com suas paixões. É esse julgamento, o da parcialidade, é que é condenado pelo único juiz".

Quando Pilatos se recusou a ser juiz e lavou as mãos, a humanidade cometeu o maior de todos os seus crimes, o de deicídio.

E o juiz que garante, ao acusado, ser considerado inocente, até que se prove sua culpa.

Sem juízes, todos seríamos condenados de acordo e na proporção do que contra nós se acusasse ou arguisse, sem que se ouvissem as nossas razões ou oferecida a nossa defesa.

Só o juiz pode travar a guilhotina pronta a decepar a cabeça da liberdade, que é a fonte da vida, do espírito e do pensamento.

Quando se investe contra a Justiça, tenta-se destruir o fiel da balança do equilíbrio social.

Só a justiça poderia garantir-nos contra um juiz se deixasse levar pela iniqui-

dade.

As falhas de um juiz não se justificam, não se consertam pela maior de todas, que é a de cercear, agredir ou desrespeitar o juiz e a justiça como tais.

O juiz é o único que ouve a voz dos que não têm voz. Onde houver um juiz com equilíbrio e serenidade, aí a violência terá de calar-se.

Sem o juiz, não haveria sentenças, mas linchamentos; não haveria devolução do seu a seu dono, mas a necessidade de este retaliar e usar da mesma agressão que sofreu.

Os juízes ficam, os déspotas passam.

Até quem cometeu o maior dos crimes tem o direito de ser ouvido por um juiz. Sem justiça, nenhum de nós poderia ter reconhecida sua inocência, proclamada a sua razão.

Sem juízes, réus e vítimas seriam iguais; crime e virtude seriam sinônimo; razão e irracionalidade se igualariam; matar e morrer teriam tratamento igual; entre ser e não ser não haveria diferença.

O juiz é a suprema garantia de que a ninguém deveremos temer. Nem a um juiz que se desviasse de seu dever.

Porque haveria outro juiz a corrigir-lhe as falhas.

Justiça, pois, para com os juízes. É dever de todos nós, juízes ou não!

(Aos juízes de minha terra e, em especial, à àqueles que a vão, agora, representar em tribunais superiores, como o doutor Milton Luís Pereira e o doutor José Carlos Cal Garcia).